

Tribunal de Contas do Estado da Paraíba

Documento Nº 02867/25

EXERCÍCIO: 2025

SUBCATEGORIA: Licitações

JURISDICIONADO: Prefeitura Municipal de Itaporanga

DATA DE ENTRADA: 14/01/2025

ASSUNTO: Licitação - 00001/2025 - Inexigibilidade (Lei Nº 14.133/2021) -

CONTRATAÇÃO DE SHOW ARTISTICO DE LUAN E FORRÓ

ESTILIZADO PARA APREZENTAÇÃO NO EVENTO COMEMORATIVO DE EMACIPAÇÃO POLÍTICA DO

MUNICÍPIO DE ITAPORANGA-PB

INTERESSADOS:

Azif Davi Lemos

Dandara Kymberly Felismino de Sales Nunes





Carta Proposta

A PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPORANGA-PB

A banda LUAN E FORRO ESTILIZADO, pessoa jurídica de direito privado, com sede na Rua José Bernardino, 97, Térreo Loja I, Vila Cabral, Campina Grande estado da Paraíba, inscrita no 17.985.184/0001-99, representada por Fabio de Almeida Coelho, portador da carteira de Identidade nº 1.654.005 SSP/PB e CPF: 020.666.784-14 vem, perante esta Comissão Permanente de Licitação, apresentar a seguinte proposta de preço para contratação da empresa para realização do show da referida banda em praça pública, em comemoração ao Aniversário da cidade de ITAPORANGA-PB que será realizada no dia 08 de JANEIRO de 2025 com duração de 90 minutos de show.

Proposta válida por 60 dias.

Atração	Datas	Valor R\$	
LUAN E FORRO ESTILIZADO	08 DE JANEIRO DE 2025	R\$ 150.000,00	

IMPOSTOS E CARGOS: R\$ 15.750,00 GESTÃO DE CARREIRA: R\$: 30.000,00 MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES: R\$ 7.500,00 DESPESAS OPERACIONAIS: R\$ 7.200,00 CACHÊ: R\$ 89.550.00

> *valores aproximados

Campina Grande – PB, 03 de DEZEMBRO de 2024.

LUAN FORRO ESTILIZADO SHOWS EVENTOS É SERVICOS LT:17985184000199 Assinado de forma digital por LUAN FORRO ESTILIZADO SHOWS EVENTOS E SERVICOS LT:17985184000199 Dados: 2024.12.03 14:18:21 -03'00'

LUAN FORRO ESTILIZADO SHOWS EVENTOS E SERVICOS LTDA-ME CNPJ: 17.985.184/0001-99 FABIO DE ALMEIDA COELHO CPF: 020.666.784-14





PARECER JURÍDICO Nº 003/2025

SOLICITANTE: Secretaria Municipal de Cultura, Juventude, Desporto e Lazer ASSUNTO: Contratação de show artístico de Luan e Forró Estilizado para a apresentação no evento comemorativo da emancipação política do município de Itaporanga/PB.

EMENTA: ADMINISTRATIVO. INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO. CONTRATAÇÃO DE PROFISSIONAL DO SETOR ARTÍSTICO, DIRETAMENTE OU POR MEIO DE EMPRESÁRIO EXCLUSIVO, DESDÉ QUE CONSAGRADO PELA CRÍTICA ESPECIALIZADA OU PELA OPINIÃO PÚBLICA. LEI FEDERAL Nº 14.133/2021, INCISO II, ART. 74. POSSIBILIDADE JURÍDICA DO PEDIDO.

1. RELATÓRIO

Trata-se de solicitação da Secretaria Municipal de Cultura, Juventude, Desporto e Lazer, visando a contratação de show artístico de Luan e Forró Estilizado para a apresentação no evento comemorativo da emancipação política do município de Itaporanga/PB, via inexigibilidade de licitação.

Anexos ao requerimento constam os documentos inerentes à solicitação, com destaque a justificativa apresentada pelo secretário da pasta, dotação orçamentária, apresentação da empresa indicada, documentos de comprovação das empresas que representam os artistas e documentos de justificativa do preço.

Assim, por encaminhamento a PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO e posterior distribuição, vieram-me os autos para análise e elaboração de parecer jurídico.

É o Relatório.

2. FUNDAMENTAÇÃO JURÍDICA

Ab initio, convém frisar que a presente análise toma por base, exclusivamente, os elementos que constam até a presente data nos autos em epígrafe, incumbindo a

Página | 1





esta Procuradoria Geral a análise sob o prisma estritamente jurídico, não competindo adentrar na conveniência e oportunidade do conteúdo material, nem analisar aspectos de natureza eminentemente técnico-administrativo, financeiro e documental.

Acerca do tema, determina a Lei nº 14.133/2021, art. 74, II, que é inexigível a licitação quando houver inviabilidade de competição, em especial para a contratação de profissional do setor artístico, diretamente ou por meio de empresário exclusivo, desde que consagrado pela crítica especializada ou pela opinião pública, senão vejamos:

Art. 74. É inexigível a licitação quando inviável a competição, em especial nos casos de: (...) II - contratação de profissional do setor artístico, diretamente ou por meio de empresário exclusivo, desde que consagrado pela crítica especializada ou pela opinião pública:

Convém frisar, incialmente, que este tipo de contratação se caracteriza, sobretudo, pela inviabilidade de competição, sendo difícil sintetizar todos os eventos que podem conduzir a esse quadro. Contudo, as causas de inviabilidade de competição podem ser reunidas em dois grandes grupos, tendo por critério a sua natureza, a saber:

PRIMEIRA CATEGORIA, encontram-se os casos de inviabilidade de competição por ausência de pluralidade de sujeitos em condição de contratação. São as hipóteses em que é irrelevante a natureza do objeto, eis que a inviabilidade de competição não decorre diretamente disso. Não é possível a competição porque existe um único sujeito para ser contratado.

SEGUNDA CATEGORIA, a que mais se adequa ao caso em análise, podem existir diversos sujeitos desempenhado a atividade que satisfaz a necessidade estatal, porém, a inviabilidade de competição não é de natureza numérica, mas se relaciona com a natureza da atividade a ser desenvolvida ou de peculiaridade quanto à própria profissão desempenhada. Não é viável a competição porque as caraterísticas do objeto funcionam como causas impeditivas.





Ademais, a contratação direta, via inexigibilidade, também se caracteriza, como regra, pela impossibilidade de seleção de critérios objetivos, materializado pela natureza personalíssima da atuação do particular, impedindo o julgamento objetivo. É impossível, portanto, definir com precisão uma relação custo-benefício. Ainda que seja possível determinar o custo, os benefícios que serão usufruídos pela Administração são relativamente imponderáveis.

Compulsando os documentos que instruíram o procedimento em análise, verifica-se que a banda LUAN E FORRO ESTILIZADO, CNPJ nº 17.985.184/0001-99, apresentou proposta à Municipalidade de apresentação de show artístico, no valor de R\$150.000,00 (cento e cinquenta mil reais).

Neste tipo de contratação, deve haver o requisito consistente na consagração em face da opinião pública ou da crítica especializada. Exige-se que a crítica especializada ou a opinião pública reconheçam que o profissional ou grupo apresentem virtudes no desempenho de sua arte, evitando a contratação arbitrária por parte do Gestor Público. No caso em apreço, constata-se a apresentação de recortes de matérias jornalísticas e o release dos artistas que demonstram ser reconhecido pela crítica especializada e opinião pública.

Sobre a inviabilidade de competição no setor artístico, o renomado autor José dos Santos Carvalho Filho, leciona que:

A inexigibilidade de licitação se apresenta em face de certas situações que, por sua natureza, não viabilizam o regime de competição. Uma dessas situações é a contratação de profissionais do setor artístico, quando consagrados pela crítica especializada ou pela opinião pública (art. 25, III). Na verdade, a arte é personalíssima, não se podendo sujeitar a fatores objetivos de avaliação. A Administração, na hipótese, pode firmar diretamente o contrato.¹

No que concerne à consagração, vale realçar, por vezes, o artista é condecorado pela opinião pública local ou regional, sendo o seu trabalho reconhecido e admirado, por exemplo, apenas no contexto de determinado município.





Noutro giro, também é razoável observar que não se pode privar a Administração Pública, em qualquer de suas expressões federativas, de fomentar a cultura, estimulando-se o acesso a outros estilos e manifestações culturais, independente de costumes e tradições regionais.

Decerto, a consagração é circunstância extremamente dinâmica no tempo e no espaço. É imprescindível, contudo, seja reconhecida, ao menos no âmbito municipal, a consagração pela crítica especializada ou se faça notória a aceitação pública do artista em dado momento. No mesmo sentido, preleciona JOSÉ DOS SANTOS CARVALHO FILHO, verbis:

Entendemos que consagração é fator de extrema relatividade e varia no tempo e no espaço. Pode um artista ser reconhecido, por exemplo, apenas em certos locais, ou por determinado público ou críticos especializados. Nem por isso deverá ele ser alijado de eventual contratação. A nosso sentir, quis o legislador prestigiar a figura do artista e de seu talento pessoal, e, sendo assim, a arte a que se dedica acaba por ter prevalência sobre a consagração.

Ressalta-se que consta nos autos a comprovação da regularidade jurídica, fiscal e trabalhista das empresas representantes, a justificativa de preço evidenciando a razoabilidade dos preços contratados àqueles praticados no mercado, compatível e proporcional ao custo de contratos firmados com outros entes administrativos ou particulares, assim como, documentos que comprovam o renome da banda ora contratada, em perfeita sintonia com o artigo 74, II e artigo 72 da Lei nº 14.133/2021 c/c a Resolução nº 03/2009 do Tribunal de Contas da Paraíba, em seu artigo 3°, incisos II e III.

Não obstante, a Secretaria de Finanças atestou a capacidade financeira de o Município arcar com os custos da contratação.

Por fim, opina esta Procuradoria Jurídica a contratação direta, via inexigibilidade, da banda LUAN E FORRO ESTILIZADO, CNPJ nº 17.985.184/0001-99, para apresentação nas festividades de emancipação política neste Município.

¹ Justen Filho, Marçal. Comentários à Lei de Licitações e Contratos Administrativos: Lei 8.666/1993.





3. CONCLUSÃO

Pelo exposto, com fundamento no artigo 74, inciso II, da Lei nº 14.133/2021, desde que observado os requisitos do art. 72 da Lei nº 14.133/2021 e as ressalvas abaixo mencionadas, opina esta Procuradoria pela POSSIBILIDADE JURÍDICA DO PEDIDO de contratação direta, via inexigibilidade, da banda LUAN E FORRO ESTILIZADO, CNPJ nº 17.985.184/0001-99, para apresentação nas festividades de emancipação política neste Município.

Por fim, solicitamos que sejam mantidas as condições de habilitação jurídica, fiscal, social e trabalhista no momento da contratação.

Salvo Melhor Juízo, é o parecer.

Itaporanga, 06 de janeiro de 2025

YASMIN TANAKA MELO DE ARAÚJO

Procuradora Geral do Município de Itaporanga OAB/PB 29891





GABINETE DO PREFEITO TERMO DE AUTORIZAÇÃO/RATIFICAÇÃO

INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 001/2025 PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 001/2025

O PREFEITO CONSTITUCIONAL DO MUNICÍPIO DE ITAPORANGA, ESTADO DA PARAÍBA, no uso de suas atribuições legais, com base nas informações constantes na INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 0001/2025, regido pelo PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 001/2025, embasado na solicitação inicial, estudo técnico preliminar, termo de referência e no parecer da Procuradoria Jurídica do Município e em cumprimento ao Art. 74, Inciso II, da Lei 14.133/2021, AUTORIZA E ADJUDICA o procedimento de inexigibilidade de licitação, em favor de LUAN FORRO ESTILIZADO SHOWS EVENTOS E SERVICOS LTDA, CNPJ/MF nº 17.985.184/0001-99, no valor total de R\$ 150.000,00 (Cento e Cinquenta Mil Reais) cujo objeto é a CONTRATAÇÃO DE SHOW ARTÍSTICO DE LUAN E FORRÓ ESTILIZADO PARA APRESENTAÇÃO NO EVENTO COMEMORATIVO DA EMANCIPAÇÃO POLÍTICA DO MUNICÍPIO DE ITAPORANGA-PB, em consequência, fica convocada a proponente para assinatura do instrumento de contrato, nos termos do Art. 90, caput, do citado diploma legal.

Itaporanga - PB, 06 de janeiro de 2025.

AZIF DAVI LEMOS
PREFEITO CONSTITUCIONAL





TERMO DE REFERÊNCIA

1.0. DO OBJETO

CONTRATAÇÃO DE SHOW ARTÍSTICO DE LUAN E FORRÓ ESTILIZADO PARA APRESENTAÇÃO NO EVENTO COMEMORATIVO DA EMANCIPAÇÃO POLÍTICA DO MUNICÍPIO DE ITAPORANGA-PB.

2.0. JUSTIFICATIVA

2.1. A contratação do show artístico de Luan e Forró Estilizado para a festividade da emancipação política do município de Itaporanga-PB é justificada pela relevância sociocultural e econômica do evento, que é um marco tradicional no calendário municipal. Este evento reúne a população local e visitantes de diversas regiões, promovendo o fortalecimento da identidade cultural, a integração social e o fomento ao turismo.

A escolha da atração Luan e Forró Estilizado reflete o compromisso da administração pública em oferecer entretenimento de qualidade, capaz de atrair um público diversificado e valorizar a cultura regional. A presença de um artista reconhecido também potencializa o impacto do evento, contribuindo para a promoção do município como destino cultural e turístico.

Adicionalmente, a realização do evento movimenta a economia local, gerando oportunidades para comerciantes, prestadores de serviços e trabalhadores informais. A festividade também promove o sentimento de pertencimento e orgulho na população, fortalecendo laços comunitários e incentivando a participação ativa nos eventos do município.

Assim, a contratação se fundamenta no interesse público de proporcionar um evento que une cultura, lazer e desenvolvimento econômico, beneficiando diretamente os munícipes e contribuindo para o fortalecimento das tradições locais.

Por esta razão, toma-se fundamental, a contratação de atrações, equipamentos e serviços de qualidade, bem como uma infraestrutura condizente com as expectativas, necessidades, conforto e segurança dos participantes do evento.

As características e especificações do objeto da referida contratação são:

M	DISCRIMINAÇÃO	UNIDADE	QUANTIDAD E	MESES
1	CONTRATAÇÃO DE SHOW ARTÍSTICO DE LUAN E FORRÓ ESTILIZADO PARA A FESTIVIDADE DE EMANCIPAÇÃO POLITICA NO MUNICÍPIO DE ITAPORANGA-PB.	SV	01	02

3.0. DA FUNDAMENTAÇÃO DA CONTRATAÇÃO

3.1. A presente contratação tem fundamento com base no inciso II, art. 74 da Lei 14.133/2021.

4.0. DOS REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO





- 4.1. Trata-se de contratação de profissional do setor artístico, diretamente ou por meio de empresário exclusivo, desde que consagrado pela crítica especializada ou pela opinião pública, a ser contratado mediante contratação direita por inexigibilidade de licitação, nos termos da Lei nº 14.133/2021.
- 4.2. O contrato terá duração de 02 (Dois) meses, podendo ser prorrogado automaticamente, nos termos do art. 111 da Lei nº 14.133/2021;
- 4.3. Os serviços serão prestados na cidade de Itaporanga no dia 08/01/2025.
- 4.4. Os artistas contratados deverão se apresentar com seus músicos completos;
- 4.5. Os shows deverão ter duração mínima de 1h30min, com horário a definir, devendo ser obedecido a ordem dos artistas programados pela Secretaria de Cultura.

5.0. DA EXECUÇÃO, GESTÃO E FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO

- 5.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas desta Lei, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.
- 5.2. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada por 1 (um) ou mais fiscais do contrato, representantes da Administração especialmente designados conforme requisitos estabelecidos no art. 7º da Lei 14.133/2021, ou pelos respectivos substitutos, permitida a contratação de terceiros para assisti-los e subsidiá-los com informações pertinentes a essa atribuição.
- 5.2.1. O fiscal do contrato anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, determinando o que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados.
- 5.2.2. O fiscal do contrato informará a seus superiores, em tempo hábil para a adoção das medidas convenientes, a situação que demandar decisão ou providência que ultrapasse sua competência.
- 5.2.3. O fiscal do contrato será auxiliado pelos órgãos de assessoramento jurídico e de controle interno da Administração, que deverão dirimir dúvidas e subsidiá-lo com informações relevantes para prevenir riscos na execução contratual.
- 5.3. O contratado deverá manter preposto aceito pela Administração durante a prestação do serviço e/ou fornecimento do bem para representá-lo na execução do contrato.
- 5.4. O contratado será obrigado a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, a suas expensas, no total ou em parte, o objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes de sua execução ou de veículos nela empregados.
- 5.5. O contratado será responsável pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros em razão da execução do contrato, e não excluirá nem reduzirá essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pelo contratante.
- 5.6. Somente o contratado será responsável pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução do contrato.
- 5.6.1. A inadimplência do contratado em relação aos encargos trabalhistas, fiscais e comerciais não transferirá à Administração a responsabilidade pelo seu pagamento e não poderá onerar o objeto do contrato nem restringir a regularização e o uso das obras e das edificações, inclusive perante o registro de imóveis, ressalvada a hipótese prevista no § 2º do art. 121 da Lei 14.133/2021.





- 5.6.2. Exclusivamente nas contratações de serviços contínuos com regime de dedicação exclusiva de mão de obra, a Administração responderá solidariamente pelos encargos previdenciários e subsidiariamente pelos encargos trabalhistas se comprovada falha na fiscalização do cumprimento das obrigações do contratado.
- 5.6.3. Nas contratações de serviços contínuos com regime de dedicação exclusiva de mão de obra, para assegurar o cumprimento de obrigações trabalhistas pelo contratado, a Administração, mediante disposição em edital ou em contrato, poderá, entre outras medidas:
- 1 Exigir caução, fiança bancária ou contratação de seguro-garantia com cobertura para verbas rescisórias inadimplidas;
- II Condicionar o pagamento à comprovação de quitação das obrigações trabalhistas vencidas relativas ao contrato;
- III efetuar o depósito de valores em conta vinculada;
- IV Em caso de inadimplemento, efetuar diretamente o pagamento das verbas trabalhistas, que serão deduzidas do pagamento devido ao contratado;
- V Estabelecer que os valores destinados a férias, a décimo terceiro salário, a ausências legais e a verbas rescisórias dos empregados do contratado que participarem da execução dos serviços contratados serão pagos pelo contratante ao contratado somente na ocorrência do fato gerador.
- 5.6.4. Os valores depositados na conta vinculada a que se refere o inciso III do § 3º deste artigo são absolutamente impenhoráveis.
- 5.6.5. O recolhimento das contribuições previdenciárias observará o disposto no art. 31 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991.
- 5.6.6. Na execução do contrato e sem prejuízo das responsabilidades contratuais e legais, o contratado não poderá subcontratar partes do serviço.

6.0. CRITÉRIOS DE PAGAMENTO

- 6.1. O pagamento será efetuado através de ordem bancária, sendo 50% no dia da apresentação e os outros 50% até o 1º dia útil posterior ao evento.
- 6.2. Considera-se ocorrido o recebimento da nota fiscal ou fatura no momento em que o órgão contratante atestar a execução do objeto do contrato.
- 6.3. A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, nos termos do Art. 90, §21 da Lei nº 14.133/2021.
- 6.4. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal ou dos documentos pertinentes à contratação, ou, ainda, circunstância que impeça a liquidação da despesa, como, por exemplo, obrigação financeira pendente, decorrente de penalidade imposta ou inadimplência, o pagamento ficará sobrestado até que a Contratada providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a Contratante.
- 6.5. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.
- 6.6. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, a contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência da contratada, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.





- 6.7. Persistindo a irregularidade, a contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada à contratada a ampla defesa.
- 6.8. Além do disposto no subitem acima, poderá a autoridade competente, na forma do art. 9º da Medida Provisória nº 1.047/21, dispensar a apresentação de documentação de regularidade fiscal ou trabalhista (salvo a comprobatória de regularidade com a Seguridade Social), de forma excepcional e justificada, no caso de haver restrição de fornecedores ou prestadores de serviços.
- 6.9. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributaria prevista na legislação aplicável.
- 6.10. A Contratada regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar no 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributaria quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

7.0. FORMA E CRITÉRIO DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

7.1. O critério de seleção de fornecedor será obtido através da contratação direta por inexigibilidade de licitação.

8.0. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

8.1. O preço da contratação é de R\$ 150.000,00 (Cento e Cinquenta Mil Reais).

9.0. DA ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

9.1. As despesas decorrentes da execução do contrato correrão à conta dos Recursos orçamentários oriundos do Orçamento de 2025, Recursos ordinários conforme a seguir:

UNIDADE ORÇAMENTÁRIA:

- 02.160 SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA, JUVENTUDE, DESPORTO E LAZER.
- 13 392 1005 2080 Manutenção das Atividades da Secretaria Municipal de Cultura, Juventude, Desportes e Lazer
- 23 392 1005 2081 Promoção Eventos Sociais e Culturais

000977 3390.39 99 Outros Serviços De Terceiros - Pessoa Jurídica

10.0. DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

- 10.1. São obrigações da contratante:
- 10.1.1. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no contrato;
- 10.1.2. Verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade dos bens recebidos provisoriamente com as especificações constantes do contrato e da proposta, para fins de aceitação e recebimento definitivo;
- 10.1.3. Comunicar à Contratada, por escrito, sobre imperfeiçoes, falhas ou irregularidades verificadas no objeto fornecido, para que seja substituído, reparado ou corrigido;
- 10.1.4. Acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da Contratada, através de comissão/servidor especialmente designado;
- 10.1.5. Efetuar o pagamento à contratada no valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo e forma estabelecidos no Edital e seus anexos;





10.1.6. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela Contratada com terceiros, ainda que vinculados à execução do presente Termo de Contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da Contratada, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

11.1. DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO

- 11.1. A Contratada deve cumprir todas as obrigações constantes deste Termo de Referência e sua proposta, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto e, ainda:
- 11.1.1. Executar devidamente os serviços descritos na Cláusula correspondente do presente contrato, dentro dos melhores parâmetros de qualidade estabelecidos para o ramo de atividade relacionada ao objeto contratual, com observância aos prazos estipulados.
- 11.1.2. Efetuar a entrega do objeto em perfeitas condições, conforme especificações, prazo e local constantes no Termo de Referência e sua proposta, acompanhado da respectiva nota fiscal, na qual constarão as indicações referentes a marca.
- 11.1.3. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com os artigos 12, 13 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);
- 11.1.4. Substituir, reparar ou corrigir, às suas expensas, no prazo fixado neste Termo de Referência, o objeto com avarias ou defeitos;
- 6.1.5. Comunicar à Contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;
- 11.1.6. Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na contratação;
- 11.1.7. Indicar preposto para representá-lá durante a execução do contrato.
- 11.1.8. Emitir Nota Fiscal correspondente à sede ou filial da empresa que apresentou a documentação na fase de habilitação.
- 11.1.9. Executar todas as obrigações assumidas com observância a melhores técnicas vigente, enquadrando-se, rigorosamente, dentro dos preceitos legais, normas e especificações técnicas correspondentes.

12.0. DA QUALIFICAÇÃO JURÍDICA, FISCAL, TRABALHISTA, FINANCEIRA E TÉCNICA NECESSÁRIA PARA CONTRATAÇÃO

12.1. Para a habilitação regulamentada neste item, o interessado deverá apresentar a documentação a seguir relacionada.

12.2.1. RELATIVA HABILITAÇÃO JURÍDICA

- a) As participantes, em se tratando de Sociedades Comerciais, deverão apresentar devidamente registrados no Órgão de Registro do Comércio local de sua sede os respectivos Contratos Sociais e todas as suas alterações subsequentes ou o respectivo instrumento de Consolidação Contratual em vigor, com as posteriores alterações, se houver;
- b) As participantes, em se tratando de Sociedades Civis, deverão apresentar os seus respectivos Atos Constitutivos e todas as alterações subsequentes em vigor, devidamente inscritos no Cartório de Registro Civil, acompanhados de prova da diretoria em exercício;

, F.3.





- c) As participantes, em se tratando de Sociedades por Ações, deverão apresentar as publicações nos Diários Oficiais dos seus respectivos Estatutos Sociais em vigor, acompanhados dos documentos de eleição de seus administradores.
- d) No caso de empresário individual, inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis;
- e) Para as sociedades empresárias ou empresas individuais de responsabilidade limitada EIRELI: ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial da respectiva sede, acompanhado de documento comprobatório de seus administradores;

12.2.2. RELATIVOS A REGULARIDADE FISCAL, SOCIAL E TRABAHISTA

- a) Inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF) ou no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ);
- b) Prova de regularidade com a Fazenda Nacional, relativos aos Tributos federais, inclusive contribuições previdenciárias, tanto no âmbito Federal quanto no âmbito da procuradoria da Fazenda Nacional (Certidão Unificada, conforme portaria MF 358, de 05 de setembro de 2014, alterada pela Portaria MF nº 443, de 17 de outubro de 2014), assegurada a regra para as microempresas e empresas de pequeno porte, nos termos do art. 43 da Lei Complementar Nº 123, de 14 de dezembro de 2006
- c) Prova de regularidade com a Fazenda Estadual e Fazenda Municipal do domicílio ou sede da interessada, assegurada a regra para as microempresas e empresas de pequeno porte, nos termos do art. 43 da Lei Complementar Nº 123, de 14 de dezembro de 2006.
- d) Prova de regularidade relativa ao Fundo de Garantia do Tempo de Serviço FGTS: Certidão de Regularidade de Situação CRF, emitida pela Caixa Econômica Federal;
- e) Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei no 5.452, de 1o de maio de 1943.

12.2.3. RELATIVOS À CAPACIDADE ECONOMICO FINANCEIRA

a) Certidão negativa de feitos sobre falência, recuperação judicial ou recuperação extrajudicial, expedida pelo distribuidor da sede do licitante; caso reste declarado que ficam excluídos os processos no âmbito do processo judicial eletrônico-PJE, a licitante necessariamente também precisa apresentar a certidão de distribuição PJE falência, recuperação judicial ou recuperação extrajudicial.

12.2.4. RELATIVOS A CAPACIDADE TÉCNICA

a) comprovação do reconhecimento pelo público ou pela mídia especializada.

13.0. DOS PRAZOS É LOCAL DE ENTREGA

- 13.1. O prazo do contrato será de 02 (DOIS) meses, contados da data da sua publicação, podendo ser prorrogado automaticamente nos termos do art. 111 da Lei 14.133/2021.
- 13.3. O objeto desta contratação será prestado na cidade de Itaporanga.

14.0. DO REAJUSTAMENTO

14.1. Os preços contratados serão fixos e irreajustáveis, pelo período de 12 (doze) meses a partir da data do orçamento estimado.







- 14.2. O valor do contrato será fixo e irreajustável, porém poderá ser corrigido anualmente mediante requerimento da contratada, após o interregno mínimo de um ano, contado a partir da data limite do orçamento estimado, pela variação do IPCA, tomando-se por base a data da apresentação da proposta.
- 14.3 A periodicidade do reajuste é anual, aplicado somente aos pagamentos de valores referentes a eventos físicos realizados a partir do 1° (primeiro) dia imediatamente subsequente ao término do 12° (décimo segundo) mês e, assim, sucessivamente, contado desde a data do orçamento estimado.
- 14.4 Após a aplicação do reajuste nos termos deste documento, o novo valor da parcela ou saldo contratual terá vigência e passará a ser praticado, pelo próximo período de 01 (um) ano, sem reajuste adicional e, assim, sucessivamente, durante a existência jurídica do contrato.
- 14.5. Ocorrendo o desequilíbrio econômico-financeiro do contrato, poderá ser restabelecida a relação que as partes pactuaram inicialmente, nos termos do Art. 124, Inciso II, Alínea d, da Lei 14.133/2021, mediante comprovação documental e requerimento expresso do Contratado.
- 14.6. O reequilíbrio econômico deverá ser precedido de pesquisa de preços prévia no mercado, banco de dados, índices ou tabelas oficiais e/ou outros meios disponíveis que assegurem o levantamento adequado das condições de mercado, envolvendo todos os elementos veículos para fins de guardar a justa remuneração do objeto contratado e no embasamento da decisão de deferir ou rejeitar o pedido.

15.0. DO PAGAMENTO

15.1. O pagamento será realizado mediante processo regular e em observância às normas e procedimentos adotados pelo Contratante, da seguinte maneira: sendo 50% no dia da apresentação e os outros 50% até o 1º dia útil posterior ao evento.

16.0. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

- 16.1. O licitante ou o contratado será responsabilizado administrativamente pelas seguintes infrações:
- I dar causa à inexecução parcial do contrato;
- II dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- III dar causa à inexecução total do contrato;
- IV deixar de entregar a documentação exigida para o certame:
- V não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
- VI não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
- VII ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- VIII apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a contratação ou a execução do contrato;
- IX fraudar a contratação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- X comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de gualquer natureza:
- XI praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da contratação;
- XII praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.





- 16.2. Serão aplicadas ao responsável pelas infrações administrativas previstas nesta Lei as seguintes sanções:
- I advertência;
- II multa;
- III impedimento de licitar e contratar;
- IV declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.
- 16.2.1. Na aplicação das sanções serão considerados:
- I a natureza E a gravidade da infração cometida;
- II as peculiaridades do caso concreto;
- III as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- IV os danos que dela provierem para a Administração Pública;
- V a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.
- 16.2.3. A sanção prevista no inciso I do item 16.2, será aplicada exclusivamente pela infração administrativa prevista no inciso I do caput do art. 155 da Lei 14.133/2021, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave.
- 16.2.4. A sanção prevista no inciso II do item 16.2, calculada na forma do contrato, será de 15% (quinze por cento) do valor do contrato celebrado e será aplicada ao responsável por qualquer das infrações administrativas previstas no art. 155 da Lei 14.133/2021.
- 16.2.5. A sanção prevista no inciso III do item 16.2 deste termo será aplicada ao responsável pelas infrações administrativas previstas nos incisos II, III, IV, V, VI e VII do caput do art. 155 da Lei 14.133/2021, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta da Prefeitura Municipal de Conceição, pelo prazo de 3 (três) anos.
- 16.2.6. A sanção prevista no inciso IV do item 16.2. deste termo será aplicada ao responsável pelas infrações administrativas previstas nos incisos VIII, IX, X, XI e XII do caput do art. 155 da Lei 14.133/2021, bem como pelas infrações administrativas previstas nos incisos II, III, IV, V, VI e VII do caput do referido artigo que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção referida no item 16.2.6, e impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos.
- 16.2.7. A sanção estabelecida no inciso IV do item 16.2 deste termo será precedida de análise jurídica e observará as seguintes regras:
- I quando aplicada por órgão do Poder Executivo, será de competência exclusiva do prefeito municipal.
- 16.2.8. As sanções previstas nos incisos I, III e IV do item 16.2. deste termo, poderão ser aplicadas cumulativamente com a prevista no inciso II do mesmo item.
- 16.2.9. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor de pagamento eventualmente devido pela Administração ao contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.
- 16.2.10. A aplicação das sanções previstas no item 16.2 não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à Administração Pública.
- 16.2.11. Na aplicação da sanção prevista no inciso II do item 16.2. deste termo, será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.





16.2.12. A aplicação das sanções previstas nos incisos III e IV do item 16.2. requererá a instauração de processo de responsabilização, a ser conduzido por comissão composta de 2 (dois) ou mais servidores, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o contratado para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

Atenciosamente,

Itaporanga/PB, 02 de janeiro de 2025.

DOUGLAS LEHTE DE ARAÚJO

SECRETARIÁ MUNICIPAL DE CULTURA, JUVENTUDE, DESPORTO E LAZER

Requisitante







ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR

1. PROBLEMA A SER RESOLVIDO

CONTRATAÇÃO DE SHOW ARTÍSTICO DE LUAN E FORRÓ ESTILIZADO PARA APRESENTAÇÃO NO EVENTO COMEMORATIVO DA EMANCIPAÇÃO POLÍTICA DO MUNICÍPIO DE ITAPORANGA-PB.

2. NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

A contratação do show artístico de Luan e Forró Estilizado para a festividade da emancipação política do município de Itaporanga-PB é justificada pela relevância sociocultural e econômica do evento, que é um marco tradicional no calendário municipal. Este evento reúne a população local e visitantes de diversas regiões, promovendo o fortalecimento da identidade cultural, a integração social e o fomento ao turismo.

A escolha da atração Luan e Forró Estilizado reflete o compromisso da administração pública em oferecer entretenimento de qualidade, capaz de atrair um público diversificado e valorizar a cultura regional. A presença de um artista reconhecido também potencializa o impacto do evento, contribuindo para a promoção do município como destino cultural e turístico.

Adicionalmente, a realização do evento movimenta a economia local, gerando oportunidades para comerciantes, prestadores de serviços e trabalhadores informais. A festividade também promove o sentimento de pertencimento e orgulho na população, fortalecendo laços comunitários e incentivando a participação ativa nos eventos do município.

Assim, a contratação se fundamenta no interesse público de proporcionar um evento que une cultura, lazer e desenvolvimento econômico, beneficiando diretamente os munícipes e contribuindo para o fortalecimento das tradições locais.

Por esta razão, toma-se fundamental, a contratação de atrações, equipamentos e serviços de qualidade, bem como uma infraestrutura condizente com as expectativas, necessidades, conforto e segurança dos participantes do evento.

Este documento apresenta o Estudo Técnico Preliminar (ETP), que serve essencialmente para assegurar a viabilidade da contratação além de levantar elementos essenciais que subsidiarão a elaboração do Termo de Referência.

3. DA PREVISÃO NO PLANO ANUAL DE CONTRATAÇÕES

A ausência do Plano Anual de Contratações (PAC) no exercício vigente da Prefeitura Municipal de Itaporanga/PB justifica-se pela necessidade de adequação da administração pública a novas demandas emergenciais e imprevisíveis que surgiram ao longo do ano. Apesar da ausência do PAC no exercício atual, a administração pública continua comprometida em regularizar essa questão nos próximos ciclos, adotando medidas para que, no futuro, todas as contratações estejam devidamente previstas e planejadas no PAC, conforme exigido pela Lei 14.133/21. A elaboração do PAC, com base em uma análise mais precisa das demandas e capacidades financeiras do município, será







realizada de forma a evitar a repetição dessa situação, garantindo um planejamento mais eficiente das contratações públicas.

4. ÁREA REQUISITANTE

A presente demanda está sendo solicitada pela Secretaria Municipal de Cultura, Desporto e Lazer da Prefeitura Municipal de Itaporanga— PB, sob responsabilidade do Ilustríssimo Secretário Municipal de Cultura, Desporto e Lazer, o Senhor DOUGLAS LEITE DE ARAÚJO.

5. DO LEVANTAMENTO DE MERCADO:

a) Contratações similares feitas por outros órgãos e entidades públicas:

Não foram encontradas novas metodologias, tecnologias ou inovações que melhor atendam às necessidades da Administração.

b) Realização de audiência e/ou consulta pública para coleta de contribuições:

Trata-se da contratação de profissional do setor artístico, a serem contratados pela Administração não necessitando da realização de audiência ou consulta pública para coleta de outras informações, pois o mercado é apto a regular os produtos.

c) Possibilidade de compra ou locação dos bens:

Trata-se da contratação de profissional do setor artístico.

d) Das opções existentes no mercado:

Para atender às exigências específicas da Secretaria, conduzimos uma extensa pesquisa de mercado para identificar grupos musicais e artistas de renome e reconhecimento regional. Neste processo, o objetivo é contratar um grupo musical ou artista que possua o potencial de atrair um grande público, servindo como a principal atração do evento. Paralelamente, planejamos contratar um artista regional em ascensão, que promete agregar valor e animação à celebração. Este planejamento está em consonância com as possibilidades financeiras do município, garantindo que os custos do evento estejam dentro do orçamento disponível.

Pesquisas realizadas junto a outras prefeituras e organizadores de eventos indicam que a contratação de Luan e Forró Estilizado segue os parâmetros de mercado e que a banda possui experiência em eventos de grande porte, garantindo qualidade na prestação do serviço. Primeiramente, a popularidade do artista no cenário musical, especialmente no forró, promete atrair um público extenso e diversificado. Sua música, que celebra as raízes culturais brasileiras, proporciona uma conexão direta com o espírito da Festividade de Emancipação Política, realçando o aspecto cultural da celebração. Além disso, a presença de um nome tão reconhecido tem o potencial de gerar um impacto econômico significativo para a região, impulsionando o turismo e incentivando o consumo nos setores





de alimentação e comércio local. Esta movimentação econômica é especialmente valiosa em tempos de desafios financeiros.

Ademais, Luan e Forró Estilizado com sua trajetória de sucesso e repertório cativante, oferece uma experiência de entretenimento de alta qualidade, atendendo aos gostos de uma ampla gama de participantes e enriquecendo a programação do evento. A sua contratação não apenas valoriza a importância histórica da festa de emancipação, mas também serve como um poderoso instrumento de promoção e publicidade, ampliando o alcance e a visibilidade do evento. Em suma, a escolha de Luan e Forró Estilizado como atração principal alinha-se perfeitamente com os objetivos de celebrar a cultura, estimular a economia local e proporcionar entretenimento de qualidade, tornando a festa de emancipação política um evento memorável e significativo para todos os envolvidos. Essa escolha demonstra um compromisso com a responsabilidade fiscal, ao mesmo

tempo em que assegura um evento de alto calibre.

6. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO

Após o levantamento de mercado concluímos que a solução é: CONTRATAÇÃO DE SHOW ARTÍSTICO DE LUAN E FORRÓ ESTILIZADO PARA A FESTIVIDADE DA EMANCIPAÇÃO POLÍTICA NO MUNICÍPIO DE ITAPORANGA-PB.

DESCRIÇÃO DOS REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO 7.

7.1. Dos requisitos gerais

- a). Os serviços serão prestados na cidade de Itaporanga/PB no dia 08/01/2025.
- b) Os artistas contratados deverão se apresentar com seus músicos completos;
- c). Os shows deverão ter duração mínima de 1hr 30 min, com horário a definir, devendo ser obedecido a ordem dos artistas programados pela Secretaria de Cultura.
- d) Comprovação da consagração pela crítica especializada ou pela opinião pública;
- c) Comprovação de que o contratado preenche os requisitos de habilitação e qualificação mínima necessária:
- e) Razão da escolha do contratado;
- f) Justificativa de preço;
- g) O contrato terá duração de 02 (dois) meses, podendo ser prorrogado automaticamente, nos termos do art. 111 da Lei nº 14.133/2021;

Dos requisitos para contratação por inexigibilidade 7.2.

Contratação de profissional do setor artístico, diretamente ou por meio de empresário exclusivo, desde que consagrado pela crítica especializada ou pela opinião pública;

Trata-se a contratação de profissional do setor artístico;

b) Comprovação da consagração pela crítica especializada ou pela opinião pública;





Luan e Forró Estilizado, com sua destacada presença no cenário musical brasileiro, sobretudo no gênero forró, demonstra uma popularidade notável junto ao público. Isso é evidenciado pelo material de divulgação fornecido, que ressalta seu sucesso e apelo junto aos fãs de música. Sua popularidade é comprovada pelas apresentações realizadas em diversas cidades vizinhas, e essa ascensão é bem documentada tanto em seu material quanto em documentos que atestam seu crescente reconhecimento. Estas informações reforçam a presença de Luan e Forró Estilizado como um talento promissor no panorama musical.

c) Razão da escolha do contratado;

A escolha de cc se justifica pelo reconhecimento regional da banda, que tem um amplo apelo popular e capacidade de atrair público diversificado, contribuindo para o sucesso do evento e fomentando o turismo local. Sua presença no evento promete um alto nível de entretenimento, ressoando com as preferências musicais de uma vasta gama de participantes. Além disso, a reputação e o carisma de Luan e Forró Estilizado são fatores que indubitavelmente contribuirão para aumentar o interesse e a participação no evento. Esta seleção cuidadosa do artista não só promete uma experiência de entretenimento excepcional para os participantes, mas também se alinha com os objetivos de celebrar a cultura local, estimular o turismo e a economia, e reforçar o espírito da emancipação política do município.

A realização de um show de destaque também fortalece a tradição cultural do município, promove a integração social e dinamiza a economia local, especialmente para comerciantes e prestadores de serviço.

d) Justificativa de preço

A Banda Luan e Forró Estilizado apresentou proposta de preço no valor de R\$ 150.000,00 (Cento e Cinquenta Mil Reais). Para justificar este preço, seu representante forneceu documentação comprovativa, incluindo notas fiscais de tocadas anteriormente realizadas para outros entes públicos. Essas notas fiscais demonstram que os valores cobrados para o evento em outros municípios são consistentemente compatíveis ao valor proposto para Itaporanga.

8. ESTIMATIVA DAS QUANTIDADES

A seleção da banda para a festividade da Emancipação Política, foi cuidadosamente planejada para adequar-se à duração do evento. Considerando a limitação de tempo, a escolha de um número restrito de artistas foi uma decisão estratégica para otimizar a programação do dia, assegurando que cada performance tenha o espaço e o tempo adequados para proporcionar a melhor experiência possível ao público.

9. ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO





Após encontrar a melhor solução para resolver o problema existente, foi apresentado proposta de preço pelos representantes da banda escolhidos no valor total de R\$ 150.000,00 (Cento e Cinquenta Mil Reais), para Banda Luan e Forró Estilizado.

A estimativa da contratação obedeceu aos requisitos do art. 23, da Lei n nº 14.133/2021 e do Decreto Municipal que regulamenta a matéria.

10. JUSTIFICATIVA PARA O PARCELAMENTO OU NÃO DA SOLUÇÃO Não se aplica.

11. DEMONSTRATIVO DOS RESULTADOS PRETENDIDOS

A contratação do show artístico de Luan e Forró Estilizado para a festividade da emancipação política de Itaporanga-PB tem como objetivo alcançar uma série de resultados significativos, alinhados ao interesse público, ao fortalecimento cultural e ao desenvolvimento econômico do município.

Primeiramente, busca-se promover a valorização da cultura local e regional, proporcionando à população momentos de lazer, integração e pertencimento. O evento fortalecerá a identidade cultural do município, consolidando a tradição da comemoração de sua emancipação política como uma celebração histórica e relevante. Além disso, ao incluir apresentações de artistas regionais como complemento à atração principal, o município reforça a inclusão e a diversidade cultural, ampliando o alcance do evento.

No âmbito econômico, o evento deverá impulsionar o comércio local, gerando maior movimentação no setor de serviços, como hotéis, restaurantes e lojas, além de beneficiar trabalhadores informais e pequenos negócios. O impacto positivo se refletirá também na criação de empregos temporários, diretos e indiretos, durante a organização e execução do evento.

A festividade contribuirá para projetar Itaporanga como um polo regional de eventos culturais, atraindo visitantes e fortalecendo sua imagem como destino turístico e cultural. A visibilidade proporcionada pelo evento ampliará o reconhecimento do município, gerando benefícios a longo prazo para outras iniciativas culturais e sociais.

Por fim, pretende-se atender às expectativas da comunidade com um evento de alto padrão, organizado e seguro, que respeite os limites orçamentários e otimize os recursos públicos disponíveis. A sustentabilidade financeira do evento será reforçada por parcerias com patrocinadores e empresas privadas, garantindo sua viabilidade e o máximo impacto positivo para a população.

Dessa forma, os resultados esperados incluem não apenas a realização de uma festividade marcante e inclusiva, mas também a geração de benefícios econômicos, sociais e culturais, consolidando a emancipação política de Itaporanga como um marco no calendário municipal e regional.

12. PROVIDÊNCIAS A SEREM ADOTADAS PELA ADMINISTRAÇÃO PREVIAMENTE À CELEBRAÇÃO DO CONTRATO

Para presente contratação não existe providências a serem adotadas previamente a celebração do contrato.

13. CONTRATAÇÕES CORRELATAS E/OU INTERDEPENDENTES





Não se faz necessária a realização de contratações correlatas e/ou interdependentes para a viabilidade e contratação desta demanda.

14. POSSÍVEIS IMPACTOS AMBIENTAIS

A realização de uma grande festa, como a Emancipação Política em Itaporanga, pode trazer diversos impactos ambientais, que devem ser considerados e, quando possível, mitigados. Os principais impactos incluem:

Geração de Resíduos: Grandes eventos costumam produzir uma quantidade significativa de lixo, como embalagens de alimentos, copos plásticos, decorações, entre outros. Isso pode sobrecarregar os sistemas locais de gestão de resíduos e contribuir para a poluição. Uso de Recursos Naturais: O consumo de recursos, como água e energia, tende a

aumentar significativamente durante grandes eventos. Isso pode exercer pressão sobre os recursos locais, especialmente em áreas com recursos limitados.

Poluição Sonora: Shows e eventos musicais podem gerar altos níveis de ruído, o que pode ser uma fonte de perturbação para a fauna local, bem como para os residentes da cidade.

Para mitigar os impactos ambientais da festa em Itaporanga, devemos adotar as seguintes estratégias:

Gestão de Resíduos: Implementar sistemas de coleta seletiva no local do evento para reciclagem de materiais como plástico, vidro e papel. Incentivar o uso de materiais biodegradáveis ou recicláveis para reduzir o lixo.

Redução do Consumo de Recursos: Utilizar iluminação e equipamentos de som eficientes energeticamente. Promover o uso de fontes de energia renováveis, como painéis solares, quando possível.

Controle de Poluição Sonora: Estabelecer limites de volume para as apresentações musicais, especialmente durante a noite, para minimizar a perturbação à comunidade local e à vida selvagem.

Transporte Sustentável: Incentivar o uso de transportes públicos, compartilhamento de caronas e bicicletas. Providenciar transporte coletivo para grandes grupos de visitantes, reduzindo o número de veículos nas estradas.

Educação Ambiental: Conscientizar participantes e colaboradores sobre a importância de práticas sustentáveis. Incluir informações sobre sustentabilidade em materiais promocionais e no local do evento.

15. MAPEAMENTO DE RISCOS

Não se aplica.

16. DECLARAÇÃO DE VIABILIDADE

Após estudo sobre a melhor solução para resolver o caso em análise concluímos que a CONTRATAÇÃO DE SHOW ARTÍSTICO DE LUAN E FORRÓ ESTILIZADO PARA APRESENTAÇÃO NO EVENTO COMEMORATIVO DA EMANCIPAÇÃO POLÍTICA DO MUNICÍPIO DE ITAPORANGA-PB. É a alternativa adequada, motivo pelo qual entendese que a presente contratação se configura tecnicamente **VIÁVEL**.





Itaporanga/PB, 02 de janeiro de 2025.

DOUGLAS LENTE DE ARAÚJO

SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA, JUVENTUDE, DESPORTO E LAZER

Requisitante

Anexos:

Documentos das empresas que representam os artistas.





<u>UMENTO DE FORMALIZAÇÃO D</u>	T DEMINITER		
ECRETARIA MUNICIPAL DE CULT	ΓURA, JUVEN	TUDE, DESPORTO E LAZER	
		IA MUNICIPAL DE	
ável pela Demanda: Douglas Leite De	Araújo	Matrícula:	
	Telefone:	elefone:	
TRATAÇÃO DE SHOW ARTÍST A APRESENTAÇÃO NO EVENTO ÍTICA DO MUNICÍPIO DE ITAPO	O COMEMOR RANGA-PB.	ATIVO DA EMANCIPAÇÃO	
ca do município de Itaporanga-PB mica do evento, que é um marco tradicioulação local e visitantes de divers dade cultural, a integração social e o fo olha da atração Luan e Forró Estilizado erecer entretenimento de qualidade, capura regional. A presença de um artista o, contribuindo para a promoção do mu onalmente, a realização do evento move comerciantes, prestadores de serviços e ove o sentimento de pertencimento nitários e incentivando a participação ata, a contratação se fundamenta no inter a, lazer e desenvolvimento econômi buindo para o fortalecimento das tradiç	é justificada cional no calenda as regiões, promento ao turismo reflete o compigaz de atrair um reconhecido ta nicípio como de rimenta a econoce trabalhadores e orgulho na tiva nos eventos esse público de ico, beneficiano coes locais.	pela relevância sociocultural e ário municipal. Este evento reúne omovendo o fortalecimento da no. romisso da administração pública a público diversificado e valorizar mbém potencializa o impacto do estino cultural e turístico. mia local, gerando oportunidades informais. A festividade também população, fortalecendo laços a do município. proporcionar um evento que une do diretamente os municipes e ções, equipamentos e serviços de	
	RA, JUVENTUDE, DESPORTO E LA avel pela Demanda: Douglas Leite De avel pela APRESENTAÇÃO NO EVENTO A APRESENTAÇÃO NO EVENTO A APRESENTAÇÃO NO EVENTO A TICA DO MUNICÍPIO DE ITAPO DE ITA	TRATAÇÃO DE SHOW ARTÍSTICO DE LUZA APRESENTAÇÃO NO EVENTO COMEMOR TICA DO MUNICÍPIO DE ITAPORANGA-PB. IFICATIVA DA NECESSIDADE DA CONTRATA tratação do show artístico de Luan e Forró Estilizado para do município de Itaporanga-PB é justificada mica do evento, que é um marco tradicional no calendo pulação local e visitantes de diversas regiões, produce cultural, a integração social e o fomento ao turismo olha da atração Luan e Forró Estilizado reflete o comperecer entretenimento de qualidade, capaz de atrair um arra regional. A presença de um artista reconhecido ta o, contribuindo para a promoção do município como do malmente, a realização do evento movimenta a econo omerciantes, prestadores de serviços e trabalhadores ove o sentimento de pertencimento e orgulho na nitários e incentivando a participação ativa nos eventos a, a contratação se fundamenta no interesse público de a, lazer e desenvolvimento econômico, beneficiano du trazão, toma-se fundamental, a contratação de atraca razão, toma-se fundamental, a contratação de atraca razão, toma-se fundamental, a contratação de atraca razão, toma-se fundamental, a contratação de atraca contrata contrata contrata contratação de atraca contrata contrata contrata contrata contrata contrata contrata contrata contrat	

4.3. Prazo para pagamento: 30 dias







- 5. INDICAR O GESTOR E FISCAL DO CONTRATO.
- 5.1. Fiscal do Contrato: ROMILDO RODRIGUES DE LIMA
- 5.2. Gestor do Contrato: DOUGLAS LEITE DE ARAÚJO
- 6. INDICAR OS COMPONENTES PARA EQUIPE DE PLANEJAMENTO:

6.1.

6.2

De acordo com a legislação aplicável, procederemos com o encaminhamento à autoridade competente para análise de conveniência e oportunidade referente à necessidade de contratação apresentada. Nesse sentido, solicitamos a autorização para iniciar o processo administrativo visando o planejamento da melhor solução para a demanda em questão.

Itaporanga/PB, 02 de Janeiro de 2025.

DOUGLAS LEITE DE ARAÚJO SECRETARIA-MUNICIPAL DE CULTURA, JUVENTUDE, DESPORTO E LAZER

Nota: 2024000

00000059

Código Verificação

K2CG-WBAX

MUNICÍPIO DE CAMPINA GRANDE



Secretaria Municipal de Finanças

Diretoria de Fiscalização - DFIS/SEFIN - Rua Cazuza Barreto, nº 113, Estação Velha - CEP 58.410-103 - Campina Grande/PB - Brasil - Fone: (83) 3310-9417

NOTA FISCAL DE SERVIÇOS ELETRÔNICA - NFS-e

Emissão (Horário de Brasília)

Período de Competência

Município de Prestação do Serviçi

13/06/2024 12:53:34 Reg. Especial Tributação

06/2024 Exigibilidade do ISS Diamante - PB

Nenhum

Exigível em Diamante

GERO DE CONTRATA

(83) 9997-1754

PRESTADOR DE SERVIÇOS

Razão Social

LUAN FORRO ESTILIZADO SHOWS EVENTOS E SERVIÇOS LTDA

551862

LUAN E FORRO ESTILIZADO

Não

BRASILEIROSASSOCIADOSFISCAL@GMAIL.COM

Não

CPF/CNP3

Inscrição Municipal Inscrição Estadual Símples Nacional

Incentivador Cultural

Fone/Fax

Rua Argentina, 56, Centenário - CEP: 58428-100 - Campina Grande - PB

TOMADOR DE SERVIÇOS

17.985.184/0001-99

Nome/Razão Social

MUNICÍPIO DE DIAMANTE

CPF/CNP.

Inscrição Municipal

Inscrição Estadual

Fone/Fax

ORANG

E-mail

08.942.229/0001-57 (00) 00000-0000

Endereço

RUA POSSDONIO JOSE DA COSTA, 881 - CENTRO - CEP: 58994-000 - Diamante - PB

SERVICO PRESTADO

1207 - Shows, ballet, danças, desfiles, balles, óperas, concertos, recitais, festivais e congêneres. CNAE: 9001999

DESCRIÇÃO DOS SERVICOS

REFERENTE A CONTRATAÇÃO DE SHOW ARTÍSTICO DA BANDA "LUAN E FORRO ESTILIZADO", PARA TRADICIONAL FESTA DE SÃO JOÃO 2024, EM PRAÇA PÚBLICA NO MUNICIPIO DE DIANANTE/PB, A SER REALIZADO NO 14 DE JUNHO DE 2024.

DADOS BANCÁRIOS:

BRADESCO AG: 0639-4 CC: 33626-2

CNPJ: 17 985.184/0001-99

LUAN FORRÓ ESTILIZADO SHOWS EVENTOS E SERVIÇOS LTDA

"Beneficio fiscal de aliquota zero dos tributos federais de IRPJ. CSLL, PIS e COFINS, instituido pelo art. 4º c/c art.2º,parágrafolº, inciso I, da Lei nº14.148/2021 (PERSE), com a redação em vigor a partir de 18/03/2022."

obs: o iss deve ser retido pelo tomador e enviado o comprovante de quitação junto a prefeitura

RETENÇÕES FEDERAIS

PIS (R\$) COFINS (R\$) INSS (R\$) IR (R\$) CSLL (R\$) Outras Retenções (R\$) 0,00 0.00 0.00 0,00 0.00 0,00

VALORES

Valor dos Serviços (R\$) Deduções (R\$) Desconto Incondicionado (R\$) Base de Cálculo (RS) 150.000,00 0,00 150,000,00 0,00 5,00 155 (R\$) ISS Retido (R\$) Valor Líquido (R\$) Desconto Condicionado (R\$) Valor Total da Nota (R\$) 7.500,00 0,00 142.500,00 150.000,00

OUTRAS INFORMAÇÕES

Esta NFS-e é autodeclaratória.

Trib. aprox. R\$ 20.175,00 Federal e R\$ 7.500,00 Municipal. Fonte: IBPT [691A69]

O valor do ISSQN desta NFS-e foi retido pelo Tomador do Serviço.

Visualizado em: 13/06/2024 12:53:34

Para validação desta NFSe acesse: http://campinagrandepb.webiss.com.br/externo/nfse/validar Esta NFS-e foi emitida com respaldo no Decreto nº 4,385 de 09 de janeiro de 2019.

Aliquota (%)

Nota: 2024000

00000051

Código Verificação SNA6-PMU4

П.

MUNICÍPIO DE CAMPINA GRANDE



Secretaria Municipal de Finanças

Diretoria de Fiscalização - DFIS/SEFIN - Rua Cazuza Barreto, nº 113, Estação Velha - CEP 58.410-103 - Campina Grande/PB - Brasil - Fone: (83) 3310-9417

NOTA FISCAL DE SERVIÇOS ELETRÔNICA - NFS-e

Emissão (Horário de Brasília)

Período de Competência

Município de Prestação do Serviço

24/05/2024 11:49:59 Reg. Especial Tributação

05/2024 Exigibilidade do ISS Itabaiana - PB

Exigível em Itabaiana

PRESTADOR DE SERVIÇOS

Razão Social

LUAN FORRO ESTILIZADO SHOWS EVENTOS E SERVIÇOS LTDA

Email

LUAN E FORRO ESTILIZADO

Não

BRASILEIROSASSOCIADOSFISCAL@GMAIL.COM

ODE COM

CPE/CNP3

Inscrição Municipal Inscrição Estadual Simples Nacional Incentivador Cultural

(83) 9997-1754

17.985.184/0001-99 551862

Rua Argentina, 56, Centenário - CEP: 58428-100 - Campina Grande - PB

TOMADOR DE SERVIÇOS

Nome/Razão Social

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITABAIANA

CPE/CNP3

Inscrição Municipal

Não

Inscrição Estadual

Fone/Fax

E-mail

09.072.430/0001-93

Endereço

AVENIDA JOSE SILVEIRA, sn - Centro - CEP: 58360-000 - Itabaiana - PB

SERVICO PRESTADO

1207 - Shows, ballet, danças, desfiles, bailes, óperas, concertos, recitais, festivais e congêneres. CNAE: 9001999

DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS

CONTRATAÇÃO DE SHON ARTISTICO DE LUAN E FORRO ESTILIZADO PARA AS PRETIVIDADES DE EMANCIPAÇÃO POLÍTICA DA CIDADE DE ITABAJANA PE (FESTA DE 133 ANOS). COM APRESENTAÇÃO NO DIA 25/05/2024, O SHOW TERÁ DURAÇÃO DE 1830MIN.

INEXIGEBILIDADE N° INCOMICZC24 PROCESSO ADMINISTRATIVO N° 2405151N59016 CONTRATO N°: 00119/2024-CPL

DADOS BANCARIOS:

BRADESCO AG: 0639-4 CC: 33626-2

CUPJ: 17.985.184/0301-99

JUAN FORRÓ ESTILIZADO SHOWS EVENTUS É SERVIÇOS LIDA

RETENÇÕES FEDERAIS

PIS (R\$)	COFINS (R\$)	INSS (R\$)	IR (RS)	CSLL (R\$)	Outras Retenções (RS)
0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	CONTRACTOR OF THE PROPERTY OF	di serrengan engiteran andara (normalisa engine	Maring May M. Line Children, of Fellowsh speciations in Special Confession and Co	menutematic untranscription of contrast on the standard entrastric and the standard of the sta	E Carifornia della comina della
VALOREC					

Desconto Incondicionado (R\$)

Valor dos Serviços (R\$)

5,00	150.000,00	0,00	0,00	150.000,00
Valor Total da Nota (R\$)	Valor Líquido (R\$)	Desconto Condicionado (R\$)	ISS Retido (RS)	ISS (R\$)
150.000,00	142.500,00	0,00	7.500,00	****

Base de Cálculo (RS)

OUTRAS INFORMAÇÕES

Esta NFS-e é autodeclaratória.

Trib. aprox. R\$ 20.175,00 Federal e R\$ 7,500,00 Municipal. Fonte: IBPT [244637]

O valor do ISSQN desta NFS-e foi retido pelo Tomador do Serviço.

Visualizado em: 24/05/2024 11:50:00

Para validação desta NFSe acesse: http://campinagrandepb.webiss.com.br/externo/nfse/validar Esta NFS-e foi emitida com respaldo no Decreto nº 4.385 de 09 de janeiro de 2019.

Deduções (R\$)

Alíquota (%)

Nota: 2024000

00000121

Código Verificação ORJ9-ZFDY

П

MUNICÍPIO DE CAMPINA GRANDE



Secretaria Municipal de Finanças

Diretoria de Fiscalização - DFIS/SEFIN - Rua Cazuza Barreto, nº 113, Estação Velha - CEP 58-410-103 - Campina Grande/PB - Brasil - Fone: (83) 3310-9417

NOTA FISCAL DE SERVIÇOS ELETRÔNICA - NFS-e

Emissão (Horário de Brasília)

Período de Competência

Município de Prestação do Serviço

01/10/2024 14:51:16 10/2024 Reg. Especial Tributação

Exigibilidade do ISS

São José dos Cordeiros - PB SENO DE CONJAN

Nenhum

Exigível em São José dos Cordeiros

PRESTADOR DE SERVIÇOS

LUAN E FORRO ESTILIZADO

Razão Socia

LUAN FORRO ESTILIZADO SHOWS EVENTOS E SERVIÇOS LTDA

Email

BRASILEIROSASSUCIADOSFISCAL@GMAIL.COM

69

CPE/CNP1

551862

Inscrição Municipal Inscrição Estadual Simples Nacional Incentivador Cultural

17.985.184/0001-99

Endereco

(83) 9997-1754

Rua Argentina, 56, Centenário - CEP: 58428-100 - Campina Grande - PB

TOMADOR DE SERVIÇOS

Nome/Razão Social

SERVICO SOCIAL DO COMERCIO SESC-AR/PB

CPE/CNP1

Inscrição Municipal Inscrição Estadual

Fone/Fax

E-mail

03.602.934/0001-91

(83) 3208-3100

SESC@SESCPB.COM.BR

Endereço

Avenida Desembargador Souto Maior, 291 - Centro - CEP: 58013-190 - João Pessoa - PB

1207 - Shows, ballet, danças, desfiles, balles, óperas, concertos, recitais, festivais e congêneres. CNAE: 9001999

DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS

REFERENTE A APRESENTAÇÃO ARTÍSTICA MUSICAL DA BANDA "LUAN FORRO ESTILIZADO", ORA REPRESENTADA PELA EMPRESA LUAN FORRO ESTILIZADO SHOWS, EVENTOS E SERVIÇOS LTDA-ME, REALIZADA NO DIA 22 DE SETEMBRO DE 2024, NA CIDADE DE SÃO JOSÉ DOS CORDEIROS/PB, DURANTE O EVENTO "14° FESTIVAL DO MEL", CONFORME INEXIGIBILIDADE N° 00045/2024.

DADOS BANCÁRTOS-

BRADESCO AG: 0639-4

CC: 33626-2 CNFJ: 17.985.184/0001-99

LUAN FORRO ESTILIZADO SHOWS EVENTOS E SERVIÇOS LIDA

"Beneficio fiscal de aliquota zero dos tributos federais de IRPJ, CSLL, PIS e COFINS, instituído pelo art. 4º c/c art. 2º, parágrafol°, inciso I, da Lei n°14.148/2021 (PERSE), com a redação em vigor a partir de 18/03/2022.

BS: O ISS DEVE SER RETIDO PELO TOMADOR E ENVIADO O COMPROVANTE DE QUITAÇÃO

RETENÇÕES FEDERAIS

PIS (R\$) COFINS (R\$) INSS (R\$) IR (R\$) CSLL (R\$) Outras Retenções (RS) 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0.00 **VALORES**

Valor dos Serviços (R\$) Deduções (R\$) Desconto Incondicionado (R\$) Base de Cálculo (R\$) Alíquota (%) 150.000,00 0,00 150.000,00 0.00 5.00 ISS (R\$) ISS Retido (RS) Valor Total da Nota (R\$) Desconto Condicionado (R\$) Valor Líquido (R\$) 7.500,00 0,00 142.500,00 150.000,00

OUTRAS INFORMAÇÕES

Esta NFS-e é autodeclaratória.

Trib. aprox. R\$ 20.175,00 Federal e R\$ 7.500,00 Municipal, Fonte: IBPT [AB35A7] O valor do ISSQN desta NFS-e foi retido pelo Tomador do Serviço.

Visualizado em: 01/10/2024 14:51:16

Para validação desta NFSe acesse: http://campinagrandepb.webiss.com.br/externo/nfse/validar Esta NFS-e foi emitida com respaldo no Decreto nº 4.385 de 09 de janeiro de 2019







ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR

1. PROBLEMA A SER RESOLVIDO

CONTRATAÇÃO DE SHOW ARTÍSTICO DE LUAN E FORRÓ ESTILIZADO PARA APRESENTAÇÃO NO EVENTO COMEMORATIVO DA EMANCIPAÇÃO POLÍTICA DO MUNICÍPIO DE ITAPORANGA-PB.

2. NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

A contratação do show artístico de Luan e Forró Estilizado para a festividade da emancipação política do município de Itaporanga-PB é justificada pela relevância sociocultural e econômica do evento, que é um marco tradicional no calendário municipal. Este evento reúne a população local e visitantes de diversas regiões, promovendo o fortalecimento da identidade cultural, a integração social e o fomento ao turismo.

A escolha da atração Luan e Forró Estilizado reflete o compromisso da administração pública em oferecer entretenimento de qualidade, capaz de atrair um público diversificado e valorizar a cultura regional. A presença de um artista reconhecido também potencializa o impacto do evento, contribuindo para a promoção do município como destino cultural e turístico.

Adicionalmente, a realização do evento movimenta a economia local, gerando oportunidades para comerciantes, prestadores de serviços e trabalhadores informais. A festividade também promove o sentimento de pertencimento e orgulho na população, fortalecendo laços comunitários e incentivando a participação ativa nos eventos do município.

Assim, a contratação se fundamenta no interesse público de proporcionar um evento que une cultura, lazer e desenvolvimento econômico, beneficiando diretamente os munícipes e contribuindo para o fortalecimento das tradições locais.

Por esta razão, toma-se fundamental, a contratação de atrações, equipamentos e serviços de qualidade, bem como uma infraestrutura condizente com as expectativas, necessidades, conforto e segurança dos participantes do evento.

Este documento apresenta o Estudo Técnico Preliminar (ETP), que serve essencialmente para assegurar a viabilidade da contratação além de levantar elementos essenciais que subsidiarão a elaboração do Termo de Referência.

3. DA PREVISÃO NO PLANO ANUAL DE CONTRATAÇÕES

A ausência do Plano Anual de Contratações (PAC) no exercício vigente da Prefeitura Municipal de Itaporanga/PB justifica-se pela necessidade de adequação da administração pública a novas demandas emergenciais e imprevisíveis que surgiram ao longo do ano. Apesar da ausência do PAC no exercício atual, a administração pública continua comprometida em regularizar essa questão nos próximos ciclos, adotando medidas para que, no futuro, todas as contratações estejam devidamente previstas e planejadas no PAC, conforme exigido pela Lei 14.133/21. A elaboração do PAC, com base em uma análise mais precisa das demandas e capacidades financeiras do município, será







realizada de forma a evitar a repetição dessa situação, garantindo um planejamento mais eficiente das contratações públicas.

4. ÁREA REQUISITANTE

A presente demanda está sendo solicitada pela Secretaria Municipal de Cultura, Desporto e Lazer da Prefeitura Municipal de Itaporanga— PB, sob responsabilidade do Ilustríssimo Secretário Municipal de Cultura, Desporto e Lazer, o Senhor DOUGLAS LEITE DE ARAÚJO.

5. DO LEVANTAMENTO DE MERCADO:

a) Contratações similares feitas por outros órgãos e entidades públicas:

Não foram encontradas novas metodologias, tecnologias ou inovações que melhor atendam às necessidades da Administração.

b) Realização de audiência e/ou consulta pública para coleta de contribuições:

Trata-se da contratação de profissional do setor artístico, a serem contratados pela Administração não necessitando da realização de audiência ou consulta pública para coleta de outras informações, pois o mercado é apto a regular os produtos.

c) Possibilidade de compra ou locação dos bens:

Trata-se da contratação de profissional do setor artístico.

d) Das opções existentes no mercado:

Para atender às exigências específicas da Secretaria, conduzimos uma extensa pesquisa de mercado para identificar grupos musicais e artistas de renome e reconhecimento regional. Neste processo, o objetivo é contratar um grupo musical ou artista que possua o potencial de atrair um grande público, servindo como a principal atração do evento. Paralelamente, planejamos contratar um artista regional em ascensão, que promete agregar valor e animação à celebração. Este planejamento está em consonância com as possibilidades financeiras do município, garantindo que os custos do evento estejam dentro do orçamento disponível.

Pesquisas realizadas junto a outras prefeituras e organizadores de eventos indicam que a contratação de Luan e Forró Estilizado segue os parâmetros de mercado e que a banda possui experiência em eventos de grande porte, garantindo qualidade na prestação do serviço. Primeiramente, a popularidade do artista no cenário musical, especialmente no forró, promete atrair um público extenso e diversificado. Sua música, que celebra as raízes culturais brasileiras, proporciona uma conexão direta com o espírito da Festividade de Emancipação Política, realçando o aspecto cultural da celebração. Além disso, a presença de um nome tão reconhecido tem o potencial de gerar um impacto econômico significativo para a região, impulsionando o turismo e incentivando o consumo nos setores





de alimentação e comércio local. Esta movimentação econômica é especialmente valiosa em tempos de desafios financeiros.

Ademais, Luan e Forró Estilizado com sua trajetória de sucesso e repertório cativante, oferece uma experiência de entretenimento de alta qualidade, atendendo aos gostos de uma ampla gama de participantes e enriquecendo a programação do evento. A sua contratação não apenas valoriza a importância histórica da festa de emancipação, mas também serve como um poderoso instrumento de promoção e publicidade, ampliando o alcance e a visibilidade do evento. Em suma, a escolha de Luan e Forró Estilizado como atração principal alinha-se perfeitamente com os objetivos de celebrar a cultura, estimular a economia local e proporcionar entretenimento de qualidade, tornando a festa de emancipação política um evento memorável e significativo para todos os envolvidos. Essa escolha demonstra um compromisso com a responsabilidade fiscal, ao mesmo

tempo em que assegura um evento de alto calibre.

6. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO

Após o levantamento de mercado concluímos que a solução é: CONTRATAÇÃO DE SHOW ARTÍSTICO DE LUAN E FORRÓ ESTILIZADO PARA A FESTIVIDADE DA EMANCIPAÇÃO POLÍTICA NO MUNICÍPIO DE ITAPORANGA-PB.

DESCRIÇÃO DOS REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO 7.

7.1. Dos requisitos gerais

- a). Os serviços serão prestados na cidade de Itaporanga/PB no dia 08/01/2025.
- b) Os artistas contratados deverão se apresentar com seus músicos completos;
- c). Os shows deverão ter duração mínima de 1hr 30 min, com horário a definir, devendo ser obedecido a ordem dos artistas programados pela Secretaria de Cultura.
- d) Comprovação da consagração pela crítica especializada ou pela opinião pública;
- c) Comprovação de que o contratado preenche os requisitos de habilitação e qualificação mínima necessária:
- e) Razão da escolha do contratado;
- f) Justificativa de preço;
- g) O contrato terá duração de 02 (dois) meses, podendo ser prorrogado automaticamente, nos termos do art. 111 da Lei nº 14.133/2021;

Dos requisitos para contratação por inexigibilidade 7.2.

Contratação de profissional do setor artístico, diretamente ou por meio de empresário exclusivo, desde que consagrado pela crítica especializada ou pela opinião pública;

Trata-se a contratação de profissional do setor artístico;

b) Comprovação da consagração pela crítica especializada ou pela opinião pública;





Luan e Forró Estilizado, com sua destacada presença no cenário musical brasileiro, sobretudo no gênero forró, demonstra uma popularidade notável junto ao público. Isso é evidenciado pelo material de divulgação fornecido, que ressalta seu sucesso e apelo junto aos fãs de música. Sua popularidade é comprovada pelas apresentações realizadas em diversas cidades vizinhas, e essa ascensão é bem documentada tanto em seu material quanto em documentos que atestam seu crescente reconhecimento. Estas informações reforçam a presença de Luan e Forró Estilizado como um talento promissor no panorama musical.

c) Razão da escolha do contratado;

A escolha de cc se justifica pelo reconhecimento regional da banda, que tem um amplo apelo popular e capacidade de atrair público diversificado, contribuindo para o sucesso do evento e fomentando o turismo local. Sua presença no evento promete um alto nível de entretenimento, ressoando com as preferências musicais de uma vasta gama de participantes. Além disso, a reputação e o carisma de Luan e Forró Estilizado são fatores que indubitavelmente contribuirão para aumentar o interesse e a participação no evento. Esta seleção cuidadosa do artista não só promete uma experiência de entretenimento excepcional para os participantes, mas também se alinha com os objetivos de celebrar a cultura local, estimular o turismo e a economia, e reforçar o espírito da emancipação política do município.

A realização de um show de destaque também fortalece a tradição cultural do município, promove a integração social e dinamiza a economia local, especialmente para comerciantes e prestadores de serviço.

d) Justificativa de preço

A Banda Luan e Forró Estilizado apresentou proposta de preço no valor de R\$ 150.000,00 (Cento e Cinquenta Mil Reais). Para justificar este preço, seu representante forneceu documentação comprovativa, incluindo notas fiscais de tocadas anteriormente realizadas para outros entes públicos. Essas notas fiscais demonstram que os valores cobrados para o evento em outros municípios são consistentemente compatíveis ao valor proposto para Itaporanga.

8. ESTIMATIVA DAS QUANTIDADES

A seleção da banda para a festividade da Emancipação Política, foi cuidadosamente planejada para adequar-se à duração do evento. Considerando a limitação de tempo, a escolha de um número restrito de artistas foi uma decisão estratégica para otimizar a programação do dia, assegurando que cada performance tenha o espaço e o tempo adequados para proporcionar a melhor experiência possível ao público.

9. ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO





Após encontrar a melhor solução para resolver o problema existente, foi apresentado proposta de preço pelos representantes da banda escolhidos no valor total de R\$ 150.000,00 (Cento e Cinquenta Mil Reais), para Banda Luan e Forró Estilizado.

A estimativa da contratação obedeceu aos requisitos do art. 23, da Lei n nº 14.133/2021 e do Decreto Municipal que regulamenta a matéria.

10. JUSTIFICATIVA PARA O PARCELAMENTO OU NÃO DA SOLUÇÃO Não se aplica.

11. DEMONSTRATIVO DOS RESULTADOS PRETENDIDOS

A contratação do show artístico de Luan e Forró Estilizado para a festividade da emancipação política de Itaporanga-PB tem como objetivo alcançar uma série de resultados significativos, alinhados ao interesse público, ao fortalecimento cultural e ao desenvolvimento econômico do município.

Primeiramente, busca-se promover a valorização da cultura local e regional, proporcionando à população momentos de lazer, integração e pertencimento. O evento fortalecerá a identidade cultural do município, consolidando a tradição da comemoração de sua emancipação política como uma celebração histórica e relevante. Além disso, ao incluir apresentações de artistas regionais como complemento à atração principal, o município reforça a inclusão e a diversidade cultural, ampliando o alcance do evento.

No âmbito econômico, o evento deverá impulsionar o comércio local, gerando maior movimentação no setor de serviços, como hotéis, restaurantes e lojas, além de beneficiar trabalhadores informais e pequenos negócios. O impacto positivo se refletirá também na criação de empregos temporários, diretos e indiretos, durante a organização e execução do evento.

A festividade contribuirá para projetar Itaporanga como um polo regional de eventos culturais, atraindo visitantes e fortalecendo sua imagem como destino turístico e cultural. A visibilidade proporcionada pelo evento ampliará o reconhecimento do município, gerando benefícios a longo prazo para outras iniciativas culturais e sociais.

Por fim, pretende-se atender às expectativas da comunidade com um evento de alto padrão, organizado e seguro, que respeite os limites orçamentários e otimize os recursos públicos disponíveis. A sustentabilidade financeira do evento será reforçada por parcerias com patrocinadores e empresas privadas, garantindo sua viabilidade e o máximo impacto positivo para a população.

Dessa forma, os resultados esperados incluem não apenas a realização de uma festividade marcante e inclusiva, mas também a geração de benefícios econômicos, sociais e culturais, consolidando a emancipação política de Itaporanga como um marco no calendário municipal e regional.

12. PROVIDÊNCIAS A SEREM ADOTADAS PELA ADMINISTRAÇÃO PREVIAMENTE À CELEBRAÇÃO DO CONTRATO

Para presente contratação não existe providências a serem adotadas previamente a celebração do contrato.

13. CONTRATAÇÕES CORRELATAS E/OU INTERDEPENDENTES





Não se faz necessária a realização de contratações correlatas e/ou interdependentes para a viabilidade e contratação desta demanda.

14. POSSÍVEIS IMPACTOS AMBIENTAIS

A realização de uma grande festa, como a Emancipação Política em Itaporanga, pode trazer diversos impactos ambientais, que devem ser considerados e, quando possível, mitigados. Os principais impactos incluem:

Geração de Resíduos: Grandes eventos costumam produzir uma quantidade significativa de lixo, como embalagens de alimentos, copos plásticos, decorações, entre outros. Isso pode sobrecarregar os sistemas locais de gestão de resíduos e contribuir para a poluição. Uso de Recursos Naturais: O consumo de recursos, como água e energia, tende a aumentar significativamente durante grandes eventos. Isso pode exercer pressão sobre

os recursos locais, especialmente em áreas com recursos limitados.

Poluição Sonora: Shows e eventos musicais podem gerar altos níveis de ruído, o que pode ser uma fonte de perturbação para a fauna local, bem como para os residentes da cidade.

Para mitigar os impactos ambientais da festa em Itaporanga, devemos adotar as seguintes estratégias:

Gestão de Resíduos: Implementar sistemas de coleta seletiva no local do evento para reciclagem de materiais como plástico, vidro e papel. Incentivar o uso de materiais biodegradáveis ou recicláveis para reduzir o lixo.

Redução do Consumo de Recursos: Utilizar iluminação e equipamentos de som eficientes energeticamente. Promover o uso de fontes de energia renováveis, como painéis solares, quando possível.

Controle de Poluição Sonora: Estabelecer limites de volume para as apresentações musicais, especialmente durante a noite, para minimizar a perturbação à comunidade local e à vida selvagem.

Transporte Sustentável: Incentivar o uso de transportes públicos, compartilhamento de caronas e bicicletas. Providenciar transporte coletivo para grandes grupos de visitantes, reduzindo o número de veículos nas estradas.

Educação Ambiental: Conscientizar participantes e colaboradores sobre a importância de práticas sustentáveis. Incluir informações sobre sustentabilidade em materiais promocionais e no local do evento.

15. MAPEAMENTO DE RISCOS

Não se aplica.

16. DECLARAÇÃO DE VIABILIDADE

Após estudo sobre a melhor solução para resolver o caso em análise concluímos que a CONTRATAÇÃO DE SHOW ARTÍSTICO DE LUAN E FORRÓ ESTILIZADO PARA APRESENTAÇÃO NO EVENTO COMEMORATIVO DA EMANCIPAÇÃO POLÍTICA DO MUNICÍPIO DE ITAPORANGA-PB. É a alternativa adequada, motivo pelo qual entendese que a presente contratação se configura tecnicamente **VIÁVEL**.





Itaporanga/PB, 02 de janeiro de 2025.

DOUGLAS LENTE DE ARAÚJO

SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA, JUVENTUDE, DESPORTO E LAZER

Requisitante

Anexos:

Documentos das empresas que representam os artistas.







DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

Objeto: CONTRATAÇÃO DE SHOW ARTÍSTICO DE LUAN E FORRÓ ESTILIZADO PARA APRESENTAÇÃO NO EVENTO COMEMORATIVO DA EMANCIPAÇÃO POLÍTICA DO MUNICÍPIO DE ITAPORANGA-PB.

VALOR DO SERVIÇO: R\$ 150.000,00 (Cento e Cinquenta Mil Reais)

DECLARAÇÃO

Conforme solicitado, declaramos haver disponibilidade orçamentária para execução do objeto relativo à contratação acima e indico a realização da despesa nas rubricas orçamentarias abaixo:

02.160 SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA, JUVENTUDE, DESPORTO E LAZER.

13 392 1005 2080 Manutenção das Atividades da Secretaria Municipal de Cultura, Juventude, Desportes e Lazer 23 392 1005 2081 Promoção Eventos Sociais e Culturais 000977 3390.39 99 Outros Serviços De Terceiros - Pessoa Jurídica

Desta forma, devolvemos os autos para prosseguimento do feito.

Itaporanga/PB, 03 de janeiro de 2025.

LUÊNNYA JOLEY XAVIER DE OLIVEIRA

Secretaria Municipal de Planejamento, Orçamento e Gestão



Tribunal de Contas do Estado da Paraíba



TRAMITA - Sistema de Tramitação de Processos e Documentos

RECIBO DE PROTOCOLO

O Tribunal de Contas do Estado da Paraíba certifica que em 14/01/2025 às 17:49:36 foi protocolizado o documento sob o Nº 02867/25 da subcategoria Licitações, exercício 2025, referente a(o) Prefeitura Municipal de Itaporanga, mediante o recebimento de informações/arquivos eletrônicos encaminhados por Dandara Kymberly Felismino de Sales Nunes.

Jurisdicionado: Prefeitura Municipal de Itaporanga

Número da Licitação: 00001/2025

Órgão de Publicação: Sítio Eletrônico do Estado

Data de Homologação: 06/01/2025

Responsável pela Homologação: Prefeitura Municipal de Itaporanga

Modalidade: Inexigibilidade (Lei Nº 14.133/2021)

Tipo do Objeto: Compras e Serviços Tipo de Compra ou Serviço: Outros

Valor: R\$ 150.000,00

Fontes de Recursos: Outros Recursos não Vinculados (501).

Objeto: CONTRATAÇÃO DE SHOW ARTISTICO DE LUAN E FORRÓ ESTILIZADO PARA APREZENTAÇÃO NO

EVENTO COMEMORATIVO DE EMACIPAÇÃO POLÍTICA DO MUNICÍPIO DE ITAPORANGA-PB

[INFORMAÇÃO DO SISTEMA] Envio Fora do Prazo: Não

Proposta 1 - Valor da Proposta: R\$ 150.000,00

Proposta 1 - Proponente Pessoa Jurídica (Nome): Luan Forro Estilizado Shows Eventos E Servicos Ltda

Proposta 1 - Proponente Pessoa Jurídica (CNPJ): 17.985.184/0001-99

Proposta 1 - Situação: Vencedora

Documento	Informado?	Autenticação
Análise jurídica da contratação	Sim	cacd2b53b69e74ed2f64dc57d03c1e01
Autorização da autoridade competente	Sim	a6b58c979459ead171dbe67bb44b6e5b
Estimativa da despesa	Sim	e029e1f0d06d8741ee2938157d37c060
Estudo Técnico Preliminar	Sim	b1c13a907908c20922c5dafe63d7c559
Formalização de demanda	Sim	f544805f50fc1f3d3ad879186bb41d5f
Justificativa de preço	Sim	14dac28a9b61f000c9fbf596fb20f3f3
Justificativa para a escolha do contratado	Sim	b1c13a907908c20922c5dafe63d7c559
Previsão Orçamentária	Sim	4b86f266f60b5cbcc8090f19eb5c63da
Proposta 1 - Proposta e Anexos - Luan Forro Estilizado Shows Eventos E Servicos Ltda	Sim	dfd7b4c248a8c09f936d31feb254b607

João Pessoa, 14 de Janeiro de 2025



Sistema de Processo Eletrônico do TCE-PB







CONTRATO Nº 006/2025 INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 001/2025

> **CONTRATO QUE ENTRE SI CELEBRA** MUNICIPIO DE ITAPORANGA, **ATRAVÉS** DA **PREFEITURA** MUNICIPAL. Ε **FORRO** Α LUAN **ESTILIZADO** SHOWS **EVENTOS** SERVICOS LTDA, CNPJ/MF 17.985.184/0001-99, COMO ABAIXO SE **DECLARA:**

Pelo presente instrumento particular de contrato, de um lado O MUNICÍPIO DE ITAPORANGA, por meio da Prefeitura Municipal de Itaporanga, com sede Praça João Pessoa, 32, Centro, Itaporanga, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 08.940.694/0001-59, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, o Sr. Azif Davi Lemos, doravante denominada CONTRATANTE, E de outro lado, como CONTRATADA, e assim denominado no presente instrumento, a Empresa LUAN FORRO ESTILIZADO SHOWS EVENTOS E SERVICOS LTDA, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ/MF nº 17.985.184/0001-99 com sede na R JOSE BERNARDINO, Nº 97, Térreo Loja I, VILA CABRAL, Campina Grande/PB, CEP 58.408-027, representado neste ato pelo Sr. JOSE LUAN BARBOSA SILVA, RG Nº. 1.366.558 - SSP-PB, CPF. Nº 084.783.164-77, doravante denominada CONTRATADA, celebram o presente CONTRATO, oriundo da INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO nº 001/2025. O presente contrato obedecerá, integralmente as disposições da Lei Federal n.º 14.133/2021 e suas alterações, e demais Legislações pertinentes à matéria, sob as seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA - OBJETO DO CONTRATO

1.1 Constitui-se objeto do presente Contrato é a CONTRATAÇÃO DE SHOW ARTÍSTICO DE LUAN E FORRÓ ESTILIZADO PARA APRESENTAÇÃO NO EVENTO COMEMORATIVO DA EMANCIPAÇÃO POLÍTICA DO MUNICÍPIO DE ITAPORANGA-PB, conforme abaixo, conforme Termo de Referência anexo a este Edital, conforme informações e especificações constantes do processo de INEXIGIBILIDADE n.º 001/2025 e serviços abaixo:

ITEM	SERVIÇO	UND	QTD	MESES	VALOR TOTAL
01	CONTRATAÇÃO DE SHOW ARTÍSTICO DE LUAN E FORRÓ ESTILIZADO PARA A FESTIVIDADE DE EMANCIPAÇÃO POLÍTICA NO MUNICÍPIO DE ITAPORANGA-PB.	SEV	1	02	R\$ 150.000,00

CLÁUSULA SEGUNDA - DO FUNDAMENTO LEGAL

2.1 - O presente contrato é decorrente do processo de Contratação Direita por Inexigibilidade de Licitação nº 001/2025, realizada com base na Lei nº 14.133/2021, bem como o artigo 37 da Constituição Federal.







CLÁUSULA TERCEIRA - DOS DOCUMENTOS APLICÁVEIS

- 3.1 Aplica-se ao presente contrato, como se nele estivessem integralmente transcritos, os documentos, a seguir relacionados, de cujo inteiro teor e forma as partes declaram, expressamente, ter pleno conhecimento.
- b) Processo de Inexigibilidade de Licitação nº 001/2024;
- b) Proposta do contratado, nos termos aceitos pela PMI
- 3.2 A partir da assinatura do presente contrato, a este, passarão a ser aplicáveis tudo que resultem em termos aditivos que vierem a ser realizados e que importem em alteração de condições contratuais, desde que assinados pelos representantes credenciados das partes.

CLÁUSULA QUARTA - DOTAÇÃO ORCAMENTÁRIA

4.1 - As despesas decorrentes da execução do contrato correrão à conta dos recursos orçamentários oriundos do Orçamento de 2025:

UNIDADE ORÇAMENTÁRIA:

02.160 SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA, JUVENTUDE, DESPORTO E LAZER.
13 392 1005 2080 Manutenção das Atividades da Secretaria Municipal de Cultura, Juventude,
Desportes e Lazer
23 303 1005 3081 Promoção Evantos Sociais a Culturais

23 392 1005 2081 Promoção Eventos Sociais e Culturais 000977 3390.39 99 Outros Serviços De Terceiros - Pessoa Jurídica

CLÁUSULA QUINTA - DO VALOR CONTRATUAL

5.1 - O valor do presente contrato é no total de R\$ 150.000,00 (Cento e Cinquenta Mil Reais). 5.2 - O valor acordado nesta cláusula é considerado completo, e devem compreender todos os custos e despesas que direta ou indiretamente, decorra do cumprimento pleno e integral do objeto deste contrato, tais como, e sem limitar a: materiais, equipamentos, ferramentas, instrumentos, despesas com deslocamentos, seguro, seguros de transporte e embalagem, salários, honorários, encargos sociais e trabalhistas, previdenciários e securitários, lucro, taxa de administração, tributos e impostos incidentes e outros encargos não explicitamente citados e tudo mais que possa influir no custo do objeto contratado, conforme as exigências constantes no edital que norteou o presente contrato.

CLÁUSULA SEXTA - DOS ACRÉSCIMOS E SUPRESSÕES

- 6.1. Eventuais alterações no contrato devem ser realizadas através de termo aditivo nas hipóteses previstas no art. 124 da Lei 14.133/2021 e serão regulados pelas mesmas condições do contrato resultante da licitação, aplicando-se aos preços base da PMI, um redutor, no mesmo percentual encontrado entre o valor global da proposta vencedora e o preço base incluso neste edital.
- 6.2. A PMI, como parte contratante, gestora e fiscalizadora deste contrato, também ficará responsável pela abertura dos processos de aditivos e solicitações de acréscimos e supressões, se houver, do instrumento contratual, inserindo todos os elementos técnicos e jurídicos exigidos por Lei e encaminhando os autos do processo para a secretaria CONTRATANTE para análise, mediante verificação da sua viabilidade técnica e jurídica, dos



TERMOS ADITIVOS, sendo posteriormente, conforme o caso, assinado por a contratantes, observado o disposto no art. 124 da Lei Federal nº 14.133/2021.

CLÁUSULA SÉTIMA - DO PRAZO EXECUÇÃO E VIGÊNCIA DO CONTRATO

7.1 - O prazo do (s) contrato (s) oriundo (s) será de 02 (Dois) meses, podendo ser prorrogado automaticamente nos termos do art. 111 da Lei 14.133/2021.

CLÁUSULA OITAVA - DA PRORROGAÇÃO DO CONTRATO

- 8.1 O presente contrato poderá ter sua duração prorrogada automaticamente quando seu objeto não for concluído no período firmado no contrato, de conformidade com o art. 111, da Lei Federal nº 14.133/2021.
- 8.2 Caberá a PMI todos os atos atinentes às possíveis prorrogações contratuais, inserindo todos os elementos técnicos exigidos por Lei e encaminhando os autos do processo para providenciar, mediante verificação da sua viabilidade técnica e jurídica, a prorrogação.
- 8.3 A prorrogação deverá ser justificada pela Secretaria pertinente ao objeto contratado.
- 8.4. Quando a não conclusão decorrer de culpa do contratado:
- 8.4.1. o contratado será constituído em mora, aplicáveis a ele as respectivas sanções administrativas;
- 8.4.2. a Administração poderá optar pela extinção do contrato e, nesse caso, adotará as medidas admitidas em lei para a continuidade da execução contratual.

CLÁUSULA NONA - DA SUBCONTRATAÇÃO

9.1. Não será admitida a subcontratação parcial ou total do objeto.

CLÁUSULA DÉCIMA – DO PREÇO, DO REAJUSTAMENTO EM SENTIDO ESTRITO E DO REEQUILIBRIO ECONÔMICO DO CONTRATO

- 10.1. Os preços contratados serão fixos e irreajustáveis, pelo período de 12 (doze) meses a partir da data da apresentação do orçamento da contratação.
- 10.2. O valor do contrato será fixo e irreajustável, porém poderá ser corrigido anualmente mediante requerimento da contratada, após o interregno mínimo de um ano, contado a partir da data do orçamento da contratação, pela IPCA.
- 10.3 A periodicidade do reajuste é anual, aplicado somente aos pagamentos de valores referentes a eventos físicos realizados a partir do 1° (primeiro) dia imediatamente subsequente ao término do 12º (décimo segundo) mês e, assim, sucessivamente, contado desde a data da apresentação da proposta e de acordo com a vigência do contrato.
- 10.4 Após a aplicação do reajuste nos termos deste documento, o novo valor da parcela ou saldo contratual terá vigência e passará a ser praticado, pelo próximo período de 01 (um) ano, sem reajuste adicional e, assim, sucessivamente, durante a existência jurídica do contrato.
- 10.5. Para restabelecer o equilíbrio econômico-financeiro inicial do contrato em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução do contrato tal como pactuado, respeitada, em qualquer caso, a repartição objetiva de risco estabelecida no contrato.
- 10.6. Para fins do reequilíbrio econômico financeiro do contrato, as partes devem apresentar solicitação, anexando planilha detalhada dos custos do objeto, fazendo uma comparativo com a composição dos custos para obtenção dos preços inicialmente contratados e planilha dos custos para fins do reequilíbrio econômico do contrato.
- 10.7. O prazo para resposta ao pedido de reequilíbrio econômico do contrato será de até 1 (um) mês, contados da data do protocolo da solicitação.







- 10.8. A extinção do contrato não configurará óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório.
- 10.8.1. O pedido de restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro deverá ser formulado durante a vigência do contrato e antes de eventual prorrogação nos termos do art. 111 da Lei 14.133/2021.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DAS MEDIÇÕES E PAGAMENTO

- 11.1. Para fins de pagamento, o valor pago será por apresentação.
- 11.2. O pagamento será realizado mediante processo regular e em observância às normas e procedimentos adotados pelo Contratante.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DAS RETENÇÕES E GARANTIAS

12.1. Será retido do pagamento o percentual de 2% (dois por cento), em atendimento a Lei Municipal nº 739/2009, que instituiu o Fundo Municipal de Assistência a Pobreza.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DAS PENALIDADES

- 13.1. O contratado será responsabilizado administrativamente pelas seguintes infrações:
- I dar causa à inexecução parcial do contrato;
- II dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- III dar causa à inexecução total do contrato;
- IV deixar de entregar a documentação exigida para o certame;
- V não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
- VI não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
- VII ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;
- VIII apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;
- IX fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- X comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de gualquer natureza:
- XI praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação:
- XII praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.
- 13.2. Serão aplicadas ao responsável pelas infrações administrativas previstas nesta Lei as seguintes sanções:
- I advertência:
- II multa:
- III impedimento de licitar e contratar;
- IV declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.
- 13.2.1. Na aplicação das sanções serão considerados:
- I a natureza E a gravidade da infração cometida;
- II as peculiaridades do caso concreto;







- III as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- IV os danos que dela provierem para a Administração Pública;
- V a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.
- 13.2.3. A sanção prevista no inciso I do item 16.2, será aplicada exclusivamente pela infração administrativa prevista no inciso I do caput do art. 155 da Lei 14.133/2021, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave.
- 13.2.4. A sanção prevista no inciso II do item 13.2, calculada na forma do contrato, será de 15% (quinze por cento) do valor do contrato celebrado com contratação direta e será aplicada ao responsável por qualquer das infrações administrativas previstas no art. 155 da Lei 14.133/2021.
- 13.2.5. A sanção prevista no inciso III do item 13.2 deste termo será aplicada ao responsável pelas infrações administrativas previstas nos incisos II, III, IV, V, VI e VII do caput do art. 155 da Lei 14.133/2021, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta da Prefeitura Municipal de Boa Ventura, pelo prazo de 3 (três) anos.
- 13.2.6. A sanção prevista no inciso IV do item 13.2. deste termo será aplicada ao responsável pelas infrações administrativas previstas nos incisos VIII, IX, X, XI e XII do caput do art. 155 da Lei 14.133/2021, bem como pelas infrações administrativas previstas nos incisos II, III, IV, V, VI e VII do caput do referido artigo que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção referida no item 13.2.6, e impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos.
- 13.2.7. A sanção estabelecida no inciso IV do item 13.2 deste termo será precedida de análise jurídica e observará as seguintes regras:
- I Quando aplicada por órgão do Poder Executivo, será de competência exclusiva do prefeito municipal.
- 13.2.8. As sanções previstas nos incisos I, III e IV do item 13.2. deste termo, poderão ser aplicadas cumulativamente com a prevista no inciso II do mesmo item.
- 13.2.9. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor de pagamento eventualmente devido pela Administração ao contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.
- 13.2.10. A aplicação das sanções previstas no item 13.2 não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à Administração Pública.
- 13.2.11. Na aplicação da sanção prevista no inciso II do item 13.2. deste termo, será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.
- 13.2.12. A aplicação das sanções previstas nos incisos III e IV do item 13.2. Requererá a instauração de processo de responsabilização, a ser conduzido por comissão composta de 2 (dois) ou mais servidores, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o contratado para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.







CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DA EXTINÇÃO DO CONTRATO

- 14.1. Constituirão motivos para extinção do contrato, a qual deverá ser formalmente motivada nos autos do processo, assegurados o contraditório e a ampla defesa, as seguintes situações:
- I Não cumprimento ou cumprimento irregular de cláusulas contratuais, de especificações, de projetos ou de prazos;
- II Desatendimento das determinações regulares emitidas pela autoridade designada para acompanhar e fiscalizar sua execução ou por autoridade superior;
- III alteração social ou modificação da finalidade ou da estrutura da empresa que restrinja sua capacidade de concluir o contrato;
- IV Decretação de falência ou de insolvência civil, dissolução da sociedade ou falecimento do contratado;
- V Caso fortuito ou força maior, regularmente comprovados, impeditivos da execução do contrato;
- VI Razões de interesse público, justificadas pela autoridade máxima do órgão ou da entidade contratante:
- 14.2. O contratado terá direito à extinção do contrato nas seguintes hipóteses:
- I Supressão, por parte da Administração, de serviços que acarrete modificação do valor inicial do contrato além do limite permitido no art. 125 da Lei 14.133/2021;
- II Suspensão de execução do contrato, por ordem escrita da Administração, por prazo superior a 3 (três) meses;
- III repetidas suspensões que totalizem 90 (noventa) dias úteis, independentemente do pagamento obrigatório de indenização pelas sucessivas e contratualmente imprevistas desmobilizações e mobilizações e outras previstas;
- IV Atraso superior a 2 (dois) meses, contado da emissão da nota fiscal, dos pagamentos ou de parcelas de pagamentos devidos pela Administração por despesas de obras, serviços ou fornecimentos;
- V Não liberação pela Administração, nos prazos contratuais, de área, local ou objeto, para execução de obra, serviço ou fornecimento, e de fontes de materiais naturais especificadas no projeto, inclusive devido a atraso ou descumprimento das obrigações atribuídas pelo contrato à Administração relacionadas a desapropriação, a desocupação de áreas públicas ou a licenciamento ambiental.
- § 3º As hipóteses de extinção a que se referem os incisos II, III e IV do item 14.2 observarão as seguintes disposições:
- I Não serão admitidas em caso de calamidade pública, de grave perturbação da ordem interna ou de guerra, bem como quando decorrerem de ato ou fato que o contratado tenha praticado, do qual tenha participado ou para o qual tenha contribuído:





- II Assegurarão ao contratado o direito de optar pela suspensão do cumprimento das obrigações assumidas até a normalização da situação, admitido o restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro do contrato, na forma da alínea "d" do inciso II do caput do art. 124 da Lei 14.133/2021.
- 14.3. A extinção do contrato poderá ser:
- I Determinada por ato unilateral e escrito da Administração, exceto no caso de descumprimento decorrente de sua própria conduta;
- II Consensual, por acordo entre as partes, por conciliação, por mediação ou por comitê de resolução de disputas, desde que haja interesse da Administração;
- III determinada por decisão arbitral, em decorrência de cláusula compromissória ou compromisso arbitral, ou por decisão judicial.
- 14.3.1. A extinção determinada por ato unilateral da Administração e a extinção consensual deverão ser precedidas de autorização escrita e fundamentada da autoridade competente e reduzidas a termo no respectivo processo.
- 14.3.2. Quando a extinção decorrer de culpa exclusiva da Administração, o contratado será ressarcido pelos prejuízos regularmente comprovados que houver sofrido e terá direito a:
- I Devolução da garantia;
- II Pagamentos devidos pela execução do contrato até a data de extinção;
- III pagamento do custo da desmobilização.
- 14.4. A extinção determinada por ato unilateral da Administração poderá acarretar, sem prejuízo das sanções previstas na Lei, as seguintes consequências:
- 1 Assunção imediata do objeto do contrato, no estado e local em que se encontrar, por ato próprio da Administração;
- II ocupação E utilização do local, das instalações, dos equipamentos, do material e do pessoal empregados na execução do contrato e necessários à sua continuidade;
- III execução da garantia contratual para:
- a) ressarcimento da Administração Pública por prejuízos decorrentes da não execução;
- b) pagamento de verbas trabalhistas, fundiárias e previdenciárias, quando cabível;
- c) pagamento das multas devidas à Administração Pública;
- d) exigência da assunção da execução e da conclusão do objeto do contrato pela seguradora, quando cabível;
- IV Retenção dos créditos decorrentes do contrato até o limite dos prejuízos causados à Administração Pública e das multas aplicadas.





- 14.4.1. A aplicação das medidas previstas nos incisos I e II deste item ficará a critério da Administração, que poderá dar continuidade à obra ou ao serviço por execução direta ou indireta.
- 14.4.2. Na hipótese do inciso II deste item, o ato deverá ser precedido de autorização expressa da autoridade competente.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

- 15.1. Efetuar o pagamento relativo ao objeto contratado efetivamente realizado, de acordo com as cláusulas do respectivo contrato ou equivalente.
- 15.2. Proporcionar ao Contratado todos os meios necessários para a fiel execução do objeto da presente contratação, nos termos do correspondente instrumento de ajuste.
- 15.3. Notificar o Contratado sobre qualquer irregularidade encontrada quanto à qualidade dos produtos ou serviços, exercendo a mais ampla e completa fiscalização, o que não exime o Contratado de suas responsabilidades pactuadas e preceitos legais.
- 16.4. Designar representante (s), denominado (s) GESTOR E FISCAL DO CONTRATO, com competência legal para promover o acompanhamento e a fiscalização do Contrato e dos respectivos serviços, sob os aspectos qualitativos e quantitativos, e o qual notificará à CONTRATADA sobre todas as ocorrências relacionadas com a sua execução, determinando o que for necessário à regularização das faltas, falhas, problemas ou defeitos observados;
- 16.5 Emitir termo de encerramento contratual, a partir do qual qualquer serviço/compra prestado, após sua assinatura pelas partes, não terá amparo contratual, não ficando a PMI obrigada ou sujeita aos pagamentos que porventura venham a ser posteriormente pleiteados pela CONTRATADA.
- 16.6 Acompanhar, fiscalizar, conferir e avaliar a prestação dos serviços contratados e o exato cumprimento das cláusulas e demais condições contratuais, por intermédio do FISCAL DO CONTRATO, ao qual competirá fazer o acompanhamento da execução do Contrato, dirimindo e desembaraçando eventuais pendências, prestando todos os esclarecimentos solicitados pela CONTRATADA, bem como não permitindo a execução de e/ou ordenando que sejam refeitas quaisquer tarefas em desacordo com os termos acordados;
- 16.7 Notificar, por escrito, a CONTRATADA sobre qualquer falta ou irregularidade observada no curso da execução do objeto do Contrato e/ou sobre quaisquer falhas ou defeitos apresentados pelo equipamento ou instalações, prestando todos os esclarecimentos e informações necessários e interrompendo o uso do mesmo, se assim for recomendado, bem como fixar prazo para a devida solução do problema, caso já não haja previsão contratual a respeito;
- 16.8 Rejeitar os serviços executados em desacordo com as obrigações assumidas pela empresa CONTRATADA, exigindo sua correção imediata, ressalvados os casos fortuitos ou de força maior, devidamente justificado e aceito pela CONTRATANTE;
- 16.9 Efetuar, quando julgar necessário, inspeção com a finalidade de verificar a prestação dos serviços/fornecimento do bem e o atendimento das exigências contratuais;
- 16.10. A PMI através da autoridade competente ou por pessoa por ela designada será o Gestor da Execução do contrato firmado com a licitante ganhadora, sendo de sua responsabilidade todos os atos decorrentes da execução do mesmo.
- 16.11. Atestar as faturas correspondentes, por intermédio de servidor competente, formalmente designado fiscal e Gestor do Contrato;
- 16.12 Verificar, antes de cada pagamento, a manutenção das condições de habilitação da contratada, bem como consulta online às certidões respectivas ao Cadastro nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS), Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Ato de improbidade Administrativa disponível no CNJ, Certidão Negativa de Inidôneos do TCU.





CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

- 16.1 Cumprir, pontualmente, os compromissos financeiros acordados com a contratada.
- 16.2 Suprir a CONTRATANTE de documentos, informações e demais elementos que possuir, ligados ao objeto a ser executados, bem como dirimir dúvidas e orientá-la nos casos omissos.
- 16.3 Manter entendimentos com a CONTRATANTE sempre por escrito ou mediante anotação em livro de ocorrência, com ressalvas dos casos determinados pela urgência das medidas, cujos entendimentos verbais devem ser confirmados por escrito, no prazo máximo de 03 (três) dias úteis, contado a partir do referido entendimento.
- A Contratada deve cumprir todas as obrigações constantes no Termo de Referência e sua proposta, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto e, ainda:
- 16.4 Executar devidamente os serviços descritos na Cláusula correspondente do presente contrato, dentro dos melhores parâmetros de qualidade estabelecidos para o ramo de atividade relacionada ao objeto contratual, com observância aos prazos estipulados.
- 16.5 Efetuar a entrega do objeto em perfeitas condições, conforme especificações, prazo e local constantes no Termo de Referência e sua proposta, acompanhado da respectiva nota fiscal, na qual constarão as indicações referentes a: marca.
- 16.6 Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com os artigos 12, 13 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei no 8.078, de 1990);
- 16.7 Substituir, reparar ou corrigir, às suas expensas, no prazo fixado neste Contrato, o objeto com avarias ou defeitos;
- 16.8 Comunicar à. Contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;
- 16.9 Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;
- 16.10 Indicar preposto para representá-lá durante a execução do contrato.
- 16.11 Emitir Nota Fiscal correspondente à sede ou filial da empresa que apresentou a documentação na fase de habilitação.
- 16.12 Executar todas as obrigações assumidas com observância a melhor técnica vigente, enquadrando-se, rigorosamente, dentro dos preceitos legais, normas e especificações técnicas correspondentes.
- 16.13. Os serviços serão prestados na cidade de Itaporanga /PB na noite do dia 08/01/2025. 16.14 A banda contratada deverá se apresentar com músicos completos:
- 4.4.8 O show deverá ter duração de pelo menos 1:30 (uma hora e trinta minutos), sendo das 23:00 às 00:30 horas, devendo ser obedecido a ordem dos artistas programadas pela secretaria de cultura.
- 16.15. Os horários da apresentação do show poderão variar de acordo com a necessidade do evento.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - DAS CONDIÇÕES DE SEGURANÇA DO TRABALHO

- 17.1 Deverão ser observadas pela CONTRATADA, todas as condições de segurança e higiene, medicina e meio ambiente do trabalho, necessárias a preservação da integridade física e administração de seus colaboradores, do patrimônio da PMI e ao público afeto e dos materiais envolvidos no serviço, de acordo com as normas regulamentadas pelo Ministério do Trabalho, bem como outros dispositivos legais e normas específicas da PMI.
- 17.2 A PMI poderá a critério determinar a paralisação do serviço ou fornecimento, suspender pagamentos quando julgar que as condições mínimas de segurança, administração e higiene





do trabalho não estejam sendo observadas pela contratada. Este procedimento não servirá para justificar eventuais atrasos da CONTRATADA, sem prejuízo de outras sanções cabíveis. 17.3 – A CONTRATADA se responsabilizará ainda por atrasos ou prejuízos decorrentes da suspensão dos trabalhos quando não acatar a legislação básica vigente na época, no que se referir à Engenharia de Segurança e Medicina do Trabalho.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA - DA PARALISAÇÃO DOS SERVIÇOS/FORNECIMENTOS

- 18.1 A PMI, se reserva o direito de paralisar, a qualquer tempo, a execução dos serviços/fornecimento dos bens, cientificando oficialmente à licitante contratada tal decisão.
- 18.1.1 A paralisação descrita no item 18.1 incorrerá na suspensão do decurso do prazo de execução estabelecido no presente termo contratual, de forma que o prazo permanecerá suspenso até a emissão de nova ordem de reinício de fornecimento/serviço, continuando assim o prazo estipulado no presente contrato.
- 18.1.3 As paralisações e reinícios deverão ser publicitados mediante publicação do respectivo extrato nos mesmos meios de comunicação no qual se deu o extrato do edital, sendo as referidas publicações de responsabilidade da CONTRATANTE.

CLÁUSULA DÉCIMA NONA - DO RECEBIMENTO DOS SERVIÇOS

- 19.1 Para recebimento dos serviços/bens deverá ser observado o seguinte:
- 19.1.1. Os serviços/bens serão recebidos provisoriamente, em até 15 (quinze) dias da comunicação escrita do contratado;
- 19.1.2. Os bens/serviços serão recebidos definitivamente, após o decurso do prazo de observação, ou vistoria que comprove a adequação do objeto aos termos contratuais.
- a) O recebimento provisório ou definitivo não exclui a responsabilidade civil pela solidez e segurança da obra ou do serviço, nem ético-profissional pela perfeita execução do contrato, dentro dos limites estabelecidos pela lei ou pelo contrato.
- b) O prazo a que se refere o item 19.1.2, não poderá ser superior a 90 (noventa) dias, salvo em casos excepcionais, devidamente justificados.
- c). Na hipótese de o termo circunstanciado ou a verificação a que se refere este item não serem, respectivamente, lavrado ou procedida dentro dos prazos fixados, reputar-se-ão como realizados, desde que comunicados à Administração nos 15 (quinze) dias anteriores à exaustão dos mesmos.

CLÁUSULA VIGÉSIMA- DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

- 20.1 A PMI não se responsabilizará, em hipótese alguma, por qualquer penalidade ou gravames futuros decorrentes de tributos indevidamente recolhidos ou erroneamente calculados por parte da contratada.
- 22.2 Quaisquer tributos ou encargos legais criados, alterados ou extintos, após a data de entrega dos documentos de habilitação e das propostas, cuja base de cálculo seja o preço proposto, implicarão na revisão dos preços, em igual medida, para maior ou para menor, conforme o caso. A alteração ou criação de tributos de repercussão indireta, assim como encargos trabalhistas, não repercutirão nos preços contratados.
- 22.3 Durante a vigência do contrato, caso a PMI, venha a se beneficiar da isenção de impostos, deverá informar a contratada, para que o mesmo possa cumprir todas as obrigações acessórias atinentes à isenção.
- 22.4 Ficará a contratada com a responsabilidade de comunicar, imediatamente e por escrito, a PMI, tão logo sejam do seu conhecimento, os procedimentos fiscais, ainda que de caráter interpretativo, os quais possam ter reflexos financeiros sobre o contrato.







22.5 - Na contagem dos prazos estabelecidos neste contrato, excluir-se-á o dia de início e incluir-se-á o de vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dia de expediente na PMI.

CLÁUSULA VIGÉSIMA TERCEIRA - DO FORO

23.1 – Fica eleito o FORO da cidade de ITAPORANGA, com a expressa renúncia de qualquer outro, por mais privilegiado que seja para dirimir as questões decorrentes da execução deste Contrato.

E por estarem assim justas e contratadas, as partes assinam o presente instrumento em 03 (três) vias, de igual teor e forma, na presença das testemunhas abaixo assinadas, para que se produzam seus jurídicos e legais efeitos.

Itaporanga/PB, 06 de janeiro de 2025.

Documento assinado digitalmente

AZIF DAVI LEMOS Data: 06/01/2025 17:32:17 0300

Verifique em https://validar.iti.gov.br

SHOWS EVENTOS E **SERVICOS**

LT:17985184000199

FORRO

nº 17.985.184/0001-99.

LUAN FORRO ESTILIZADO Assinado de forma digital por LUAN FORRO ESTILIZADO SHOWS

EVENTOS E SERVICOS LT:17985184000199

ESTILIZADO

EVENTOS E SERVICOS LTDA, CNPJ/MF

Dados: 2025.01.06 15:30:26 -03'00'

SHOWS

AZIF DAVI LEMOS PREFEITO CONSTITUCIONAL **PREFEITURA MUNICIPAL** DE

ITAPORANGA

CONTRATADO

LUAN

TESTEMUNHAS: 19

96





PORTARIA Nº78, DE 07 DE JANEIRO DE 2025

Portaria de Designação de Gestor e Fiscal de Contratos

O PREFEITO MUNICIPAL DE ITAPORANGA-PB, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, c/c Lei Federal nº 14.133, de 01 de abril de 2021 e Decreto Municipal nº 148, de 09 de dezembro de 2022;

CONSIDERANDO a determinação prevista no artigo 6º da Resolução Normativa RN-TC Nº 09/2016 e a revisão do rol de documentos complementares consolidada pelo Comitê Técnico, em 24 de setembro de 2018, conforme PORTARIA Nº 187/2018;

CONSIDERANDO, a exigência de informação dos documentos "designação do fiscal do contrato" e "designação do gestor do contrato" no Sistema de Tramitação de Processos e Documentos do TCE-PB (TRAMITA);

CONSIDERANDO, consoante o Artigo 117 da Lei Federal nº 14.133, que a execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada por um representante da Administração especialmente designado;

CONSIDERANDO, consoante os artigos 18, 19 e 20 do Decreto Municipal nº 148/2022, os quais estabelecem as atribuições dos gestores e fiscais dos contratos;

RESOLVE:

Art. 1º. Designar como gestor dos contratos administrativos nº: 001/2025; 002/2025; 003/2025; 004/2025; 005/2025; 006/2025; 007/2025, o Sr. DOUGLAS LEITE DE ARAÚJO, Secretário de Cultura, Juventude, Desporto e Lazer, matrícula 20003916.





Art. 2º Designar como fiscal dos contratos administrativos nº: 001/2025; 002/2025; 003/2025; 004/2025; 005/2025; 006/2025; 007/2025 o Sr. ROMILDO RODRIGUES DE LIMA, Diretor de Departamento, matrícula 8519.

Art.4º Os gestores e fiscais dos contratos deverão seguir o que determina os artigos 18, 19 e 20 do Decreto Municipal nº 148/2022.

Itaporanga - PB, 07 de Janeiro de 2025.

AZIF DAVI LEMOS

JUE MOUL Comos

PREFEITO CONSTITUCIONAL

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO REPUBLICAÇÃO POR INCORREÇÃO - TERMO DE AUTORIZAÇÃO/RATIFICAÇÃO - INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 001/2025 - PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 001/2025

INSTRUMENTO: CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 006/2025 OBJETO: CONTRATAÇÃO DE SHOW ARTÍSTICO DE LUAN E FORRÓ ESTILIZADO PARA APRESENTAÇÃO NO EVENTO COMEMORATIVO DA EMANCIPAÇÃO POLÍTICA DO MUNICÍPIO DE ITAPORANGA-PB.

PROCEDIMENTO DE CONTRATAÇÃO DIRETA: INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 001/2025; PROCESSO ADMINISTRATIVO N° 001/2025

DOTAÇÃO: Recursos orçamentários oriundos do Orçamento de 2025 – Recursos ordinários.

VIGÊNCIA: 2 (DOIS) MESES DATA DA ASSINATURA:

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE

ITAPORANGA/PB, CNPJ/MF N° 08.940.694/0001-59

CONTRATADO: LUAN FORRO ESTILIZADO SHOWS EVENTOS E SERVICOS LTDA, CNPJ/MF nº 17.985.184/0001-99. VALOR TOTAL: R\$ 150.000,00 (Cento e Cinquenta Mil Reais)

Publicado por:

Hyan Nóbrega Barreiro Lemos Código Identificador: 5237DCBA

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO REPUBLICAÇÃO POR INCORREÇÃO - TERMO DE AUTORIZAÇÃO/RATIFICAÇÃO INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 007/2025 PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 007/2025

INSTRUMENTO: CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 005/2025 OBJETO: CONTRATAÇÃO DE SHOW ARTÍSTICO DO GRUPO VEGAS PARA APRESENTAÇÃO NO EVENTO COMEMORATIVO DA EMANCIPAÇÃO POLÍTICA DO MUNICÍPIO DE ITAPORANGA-PB.

PROCEDIMENTODE CONTRATAÇÃO DIRETA:
INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO N° 007/2025; PROCESSO
ADMINISTRATIVO N° 007/2025

DOTAÇÃO: Recursos orçamentários oriundos do Orçamento de 2025 – Recursos ordinários.

VIGÊNCIA: 2 (DOIS) MESES DATA DA ASSINATURA:

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE LTAPORANGA/PB, CNPJ/MF № 08.940.694/0001-59

ONTRATADO: VEGAS PRODUCOES LTDA, CNPJ/MF nº

34.728.054/0001-90.

VALOR TOTAL: R\$ 5.000,00 (Cinco Mil Reais)

Publicado por: Hyan Nóbrega Barreiro Lemos

Código Identificador:FIADIEAC

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DA REGIÃO DO VALE DO PIANCÓ ATA DE REUNIÃO EXTRAORDINARIA DO CONSÓRIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DA REGIÃO DO VALE DO PIANCÓ

ATA DE REUNIÃO EXTRAORDINARIA DO CONSÓRIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DA REGIÃO DO VALE DO PIANCÓ

Aos sete dias do mês de janeiro de 2025, realizou-se uma reunião do Conselho de Prefeitos deste Consórcio, na sede da AMVAP, localizada na Avenida Presidente Getúlio Vargas no Centro da cidade de Itaporanga-PB, para no uso de suas atribuições regimentais e legais, tendo em vista o que dispõe o estatuto do Consórcio, para deliberar sobre a proposta de Orçamento para o Exercício de 2025 e de outras providências. Dada aberta a reunião pelo presidente do Consórcio o senhor Azif Davi Lemos, na sequência foi apresentada a proposta do Orçamento para o exercício 2025, tendo após deliberação

e votação dos presentes, ficado aprovado o Orçamento do Consorcio Intermunicipal de Saúde da Região do Vale do Piançó - CISVAP para o exercício econômico-financeiro de 2025, discriminado pelos anexos integrantes do projeto de Resolução nº 01/2025, que es presente de R\$ 640.000,00 (seiscentos e quarenta mil reais) e fixa a despesa em igual valor. Da mesma maneira após ser submetida a votação os termos da Resolução nº 01/2025 e seus anexos foram aprovados por unanimidade. Nada mais havendo, o senhor Presidente declarou encerrada a reunião da qual, para que não reste dúvidas a fim de registro para a posteridade, foi lavrada a presente ata, que lida e em tudo aprovada vai, assinada por todos os presentes.

MANOEL PEREIRA DE SOUZA	IRA DE SOUZA ALLISON VICTO BASTOS DE SOUSA	
São José de Caiana	Pedra Branca	
EDNAILTON SABINO DA SILVA	AZIF DAVI LEMOS	
Igaracy	Itaporanga	
VICENTE ANTONIO DA SILVA NETO	JÚLIO EDCARDO VENÂNCIÓ PINHEIRO	
Serra Grande	Piancó	
SAMUEL SOARES LAVOR DE LACERDA	PALOMA KENNED LEITE DA SILVA	
Conceição	Santana dos Garrotes	
MANOEL VITAL NETO	CÍCERO DAVID DE ANDRADE	
Boa Ventura	Nova Olinda	
MARINA DONÁRIA ALVARENGA E LACERDA	LAERCIO RAMALHO DINIZ	
Santana de Mangueira	Secretário Executivo do CISVAP	

Publicado por:

TO DE CONTRA

Thaize Brasilino Olegario Satiro Código Identificador: 604D6C49

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DA REGIÃO DO VALE DO PIANCÓ

ATA DE REUNIÃO EXTRAORDINARIA DO CONSELHO DE PREFEITOS DO CONSÓRIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DA REGIÃO DO VALE DO PIANCÓ

ATA DE REUNIÃO EXTRAORDINARIA DO CONSELHO DE PREFEITOS DO CONSÓRIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DA REGIÃO DO VALE DO PIANCÓ

Aos sete dias do mês de janeiro de 2025 as 11 horas, realizou-se Reunião Extraordinária do Conselho de Prefeitos deste Consórcio, na sede da AMVAP, localizada na Avenida Presidente Getúlio Vargas no Centro da cidade de Itaporanga-PB, para, no uso de suas atribuições regimentais e legais, deliberar sobre a ordem do dia: ELEIÇÃO PARA DIRETORIA DO CONSÓRCIO - BIÊNIO 2025-2026. Aberta a reunião pelo atual presidente do Consórcio o senhor Divaldo Dantas, verificou-se a presença de 12 Prefeitos representantes dos Municípios Consorciados a saber: Manocl Pereira de Souza (Município de São José de Caiana), Allison Victo Bastos de Sousa (Município de Pedra Branca); Ednailton Sabino da Silva (Município de Igaracy); Vicente Antonio da Silva Neto (Município de Serra Grande); Júlio Eduardo Venâncio Pinheiro (Município de Piancó): Samuel Soares Lavor de Lacerda (Município de Conceição); Paloma Kenned Leite da Silva (Município de Santana dos Garrotes); Manoel Vital Neto (Município de Boa Ventura); Azif Davi Lemos (Município de Itaporanga); Cícero David de Andrade (Município de Nova Olinda); Marina Donária Alvarenga de Lacerda (Município de Santana de Mangueira); na sequência o então presidente do CISVAP. informou da necessidade de renovação da Diretoria do Conselho de Prefeitos, em razão do termino do mandato referente ao biênio 2023-2024, conforme o disposto no Estatuto, bem como o fato de que não é mais Prefeito, razão pela a necessidade da eleição para os cargos de Presidente, Vice-Presidente e Secretário do Conselho de Prefeitos. O Presidente Divaldo Dantas, parabenizou os atuais Prefeitos, eleitos e recleitos no pleito de 2024 e desejou boa sorte a todos. Teceu palavras sobre sua gestão no CISVAP desde 2017 até o final do exercício de 2024, falou sobre a importância da manutenção das atividades do CISVAP e das resoluções da execução do Convênio firmado com a FUNASA, para reconstrução de Casas de Taipas em todos os Municípios Consorciados e reforçou a necessidade da eleição, tendo em vista o fim do exercício do mandato, referente ao Biênio 2023-2024, nos termos do Estatuto. Na sequência passou a palavra aos presentes e se colocou à disposição para quaisquer dúvidas quanto a administração do CISVAP. Iniciado os procedimentos para a eleição, foi apresentada uma única Chapa, composta da seguinte forma:

ODE CON

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO REPUBLICAÇÃO POR INCORREÇÃO - TERMO DE AUTORIZAÇÃO/RATIFICAÇÃO - INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 001/2025 - PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 001/2025

INSTRUMENTO: CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 006/2025 OBJETO: CONTRATAÇÃO DE SHOW ARTÍSTICO DE LUAN E FORRÓ ESTILIZADO PARA APRESENTAÇÃO NO EVENTO COMEMORATIVO DA EMANCIPAÇÃO POLÍTICA DO MUNICÍPIO DE ITAPORANGA-PB.

PROCEDIMENTO DE CONTRATAÇÃO DIRETA: INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 003/2025; PROCESSO ADMINISTRATIVO N° 001/2025

DOTAÇÃO: Recursos orçamentários oriundos do Orçamento de 2025 - Recursos ordinários.

VIGÊNCIA: 2 (DOIS) MESES DATA DA ASSINATURA:

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE

ITAPORANGA/PB, CNPJ/MF Nº 08.940.694/0001-59

CONTRATADO: LUAN FORRO ESTILIZADO SHOWS EVENTOS E SERVICOS LTDA, CNPJ/MF nº 17.985.184/0001-99. VALOR TOTAL: R\$ 150.000,00 (Cento e Cinquenta Mil Reais)

Publicado por:

Hyan Nóbrega Barreiro Lemos Código Identificador:5237DCBA

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO REPUBLICAÇÃO POR INCORREÇÃO - TERMO DE AUTORIZAÇÃO/RATIFICAÇÃO INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 007/2025 PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 007/2025

INSTRUMENTO: CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 005/2025 OBJETO: CONTRATAÇÃO DE SHOW ARTÍSTICO DO GRUPO VEGAS PARA APRESENTAÇÃO NO EVENTO COMEMORATIVO DA EMANCIPAÇÃO POLÍTICA DO MUNICÍPIO DE ITAPORANGA-PB.

PROCEDIMENTO DE CONTRATAÇÃO DIRETA: INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 007/2025; PROCESSO ADMINISTRATIVO N° 007/2025

DOTAÇÃO: Recursos orçamentários oriundos do Orçamento de 2025 – Recursos ordinários.

VIGÊNCIA: 2 (DOIS) MESES DATA DA ASSINATURA:

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE LTAPORANGA/PB, CNPJ/MF № 08.940.694/0001-59

NTRATADO: VEGAS PRODUCOES LTDA, CNPJ/MF nº 34.728.054/0001-90.

VALOR TOTAL: R\$ 5.000,00 (Cinco Mil Reais)

Publicado por:

Hyan Nóbrega Barreiro Lemos Código Identificador:F1AD1EAC

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DA REGIÃO DO VALE DO PIANCÓ ATA DE REUNIÃO EXTRAORDINARIA DO CONSÓRIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DA REGIÃO DO VALE DO PIANCÓ

ATA DE REUNIÃO EXTRAORDINARIA DO CONSÓRIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DA REGIÃO DO VALE DO PIANCÓ

Aos sete dias do mês de janeiro de 2025, realizou-se uma reunião do Conselho de Prefeitos deste Consórcio, na sede da AMVAP, localizada na Avenida Presidente Getúlio Vargas no Centro da cidade de Itaporanga-PB, para no uso de suas atribuições regimentais e legais, tendo em vista o que dispõe o estatuto do Consórcio, para deliberar sobre a proposta de Orçamento para o Exercício de 2025 e de outras providências. Dada aberta a reunião pelo presidente do Consórcio o senhor Azif Davi Lemos, na sequência foi apresentada a proposta do Orçamento para o exercício 2025, tendo após deliberação

e votação dos presentes, ficado aprovado o Orcasento do Consórtos Intermunicipal de Saúde da Região do Vale do Idancó NCISVAP para o exercício econômico-financeiro de 2025, discriminado pelos anexos integrantes do projeto de Resolução nº 01/2025, un estima receita de R\$ 640.000,00 (seiscentos e quarenta mil reais) e tra a despertam igual valor. Da mesma maneira após ser submetida despertam igual valor. Da mesma maneira após ser submetida despertam igual valor. Nada mais havendo, o senhor Presidente declarou encerrada a reunião da qual, para que não reste dúvidas a fim de registro para a posteridade, foi lavrada a presente ata, que lida c em tudo aprovada vai, assinada por todos os presentes.

MANOEL PEREIRA DE SOUZA	ALLISON FICTO BASTOS DE SOUSA		
São José de Caiana	Pedra Branca		
EDNAILTON SABINO DA SILVA	AZIF DAVI LEMOS		
Igaracy	Itaporanga		
VICENTE ANTONIO DA SILVA NETO	JÚLIO EDUARDO VENÂNCIO PINHEIRO		
Serra Grande	Piancó		
SAMUEL SOARES LAVOR DE LACERDA	PALOMA KENNED LEITE DA SILVA		
Conceição	Santana dos Garrotes		
MANOEL VITAL NETO	CICERO DAVID DE ANDRADE		
Воа Ventura	Nova Olinda		
MARINA DONÁRIA ALVARENGA D LACERDA	E LAERCIO RAMALHO DINIZ		
Santana de Mangueira	Secretário Executivo do CISVAP		

Publicado por:

Thaize Brasilino Olegario Satiro Código Identificador:604D6C49

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DA REGIÃO DO VALE DO PIANCÓ

ATA DE REUNIÃO EXTRAORDINARIA DO CONSELHO DE PREFEITOS DO CONSÓRIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DA REGIÃO DO VALE DO PIANCÓ

ATA DE REUNIÃO EXTRAORDINARIA DO CONSELHO DE PREFEITOS DO CONSÓRIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DA REGIÃO DO VALE DO PIANCÓ

Aos sete dias do mês de janeiro de 2025 as 11 horas, realizou-se Reunião Extraordinária do Conselho de Prefeitos deste Consórcio, na sede da AMVAP, localizada na Avenida Presidente Getúlio Vargas no Centro da cidade de Itaporanga-PB, para, no uso de suas atribuições regimentais e legais, deliberar sobre a ordem do dia: ELEIÇÃO PARA DIRETORIA DO CONSÓRCIO - BIÊNIO 2025-2026. Aberta a reunião pelo atual presidente do Consórcio o senhor Divaldo Dantas, verificou-se a presença de 12 Prefeitos representantes dos Municípios Consorciados a saber: Manoel Pereira de Souza (Município de São José de Caiana), Allison Victo Bastos de Sousa (Município de Pedra Branca); Ednailton Sabino da Silva (Município de Igaracy); Vicente Antonio da Silva Neto (Município de Serra Grande); Júlio Eduardo Venâncio Pinheiro (Município de Piancó): Samuel Soares Lavor de Lacerda (Município de Conceição); Paloma Kenned Leite da Silva (Município de Santana dos Garrotes); Manoel Vital Neto (Município de Boa Ventura); Azif Davi Lemos (Município de Itaporanga); Cícero David de Andrade (Município de Nova Olinda); Marina Donária Alvarenga de Lacerda (Município de Santana de Mangueira); na sequência o então presidente do CISVAP. informou da necessidade de renovação da Diretoria do Conselho de Prefeitos, em razão do termino do mandato referente ao biênio 2023-2024, conforme o disposto no Estatuto, bem como o fato de que não é mais Prefeito, razão pela a necessidade da eleição para os cargos de Presidente, Vice-Presidente e Secretário do Conselho de Prefeitos. O Presidente Divaldo Dantas, parabenizou os atuais Prefeitos, eleitos e reeleitos no pleito de 2024 e desejou boa sorte a todos. Teceu palavras sobre sua gestão no CISVAP desde 2017 até o final do exercício de 2024, falou sobre a importância da manutenção das atividades do CISVAP e das resoluções da execução do Convênio firmado com a FUNASA, para reconstrução de Casas de Taipas em todos os Municípios Consorciados e reforçou a necessidade da eleição, tendo em vista o fim do exercício do mandato, referente ao Biênio 2023-2024, nos termos do Estatuto. Na sequência passou a palavra aos presentes e se colocou à disposição para quaisquer dúvidas quanto a administração do CISVAP. Iniciado os procedimentos para a eleição, foi apresentada uma única Chapa, composta da seguinte forma:





PORTARIA Nº78, DE 07 DE JANEIRO DE 2025

Portaria de Designação de Gestor e Fiscal de Contratos

O PREFEITO MUNICIPAL DE ITAPORANGA-PB, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, c/c Lei Federal nº 14.133, de 01 de abril de 2021 e Decreto Municipal nº 148, de 09 de dezembro de 2022;

CONSIDERANDO a determinação prevista no artigo 6º da Resolução Normativa RN-TC Nº 09/2016 e a revisão do rol de documentos complementares consolidada pelo Comitê Técnico, em 24 de setembro de 2018, conforme PORTARIA Nº 187/2018;

CONSIDERANDO, a exigência de informação dos documentos "designação do fiscal do contrato" e "designação do gestor do contrato" no Sistema de Tramitação de Processos e Documentos do TCE-PB (TRAMITA);

CONSIDERANDO, consoante o Artigo 117 da Lei Federal nº 14.133, que a execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada por um representante da Administração especialmente designado;

CONSIDERANDO, consoante os artigos 18, 19 e 20 do Decreto Municipal nº 148/2022, os quais estabelecem as atribuições dos gestores e fiscais dos contratos;

RESOLVE:

Art. 1º. Designar como gestor dos contratos administrativos nº: 001/2025; 002/2025; 003/2025; 004/2025; 005/2025; 006/2025; 007/2025, o Sr. DOUGLAS LEITE DE ARAÚJO, Secretário de Cultura, Juventude, Desporto e Lazer, matrícula 20003916.





Art. 2º Designar como fiscal dos contratos administrativos nº: 001/2025; 002/2025; 003/2025; 004/2025; 005/2025; 006/2025; 007/2025 o Sr. ROMILDO RODRIGUES DE LIMA, Diretor de Departamento, matrícula 8519.

Art.4º Os gestores e fiscais dos contratos deverão seguir o que determina os artigos 18, 19 e 20 do Decreto Municipal nº 148/2022.

Itaporanga - PB, 07 de Janeiro de 2025.

AZIF DAVI LEMOS

JUE MOUL CO

PREFEITO CONSTITUCIONAL







DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

Objeto: CONTRATAÇÃO DE SHOW ARTÍSTICO DE LUAN E FORRÓ ESTILIZADO PARA APRESENTAÇÃO NO EVENTO COMEMORATIVO DA EMANCIPAÇÃO POLÍTICA DO MUNICÍPIO DE ITAPORANGA-PB.

VALOR DO SERVIÇO: R\$ 150.000,00 (Cento e Cinquenta Mil Reais)

DECLARAÇÃO

Conforme solicitado, declaramos haver disponibilidade orçamentária para execução do objeto relativo à contratação acima e indico a realização da despesa nas rubricas orçamentarias abaixo:

02.160 SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA, JUVENTUDE, DESPORTO E LAZER.

13 392 1005 2080 Manutenção das Atividades da Secretaria Municipal de Cultura, Juventude, Desportes e Lazer 23 392 1005 2081 Promoção Eventos Sociais e Culturais 000977 3390.39 99 Outros Serviços De Terceiros - Pessoa Jurídica

Desta forma, devolvemos os autos para prosseguimento do feito.

Itaporanga/PB, 03 de janeiro de 2025.

LUÊNNYA JOLET XAVIER DE OLIVEIRA

Secretaria Municipal de Planejamento, Orçamento e Gestão



REPÚBLICA FEDERATIVA LA BRASIL

CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA

CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA CADASTRAL CADASTRAL CADASTRAL CADASTRAL CADASTRAL CADASTRAL CADASTRAL CADASTRAL CADASTRAL CAMPINO DE STILLZADO SHOWS EVENTOS E SERVICOS LIDA INVIERDO ESTILLZADO SHOWS EVENTOS E SERVICOS LIDA INVIERDO ESTILLZADO SHOWS EVENTOS ESTILLZADO ILUAN E FORRO ESTILLZADO LUAN E FORRO ESTILLZADO COMPREDICADA INVIERDO COMPREDICADA COMPREDICADA INVIERDO C	Coo	REPÚBLICA FEDERATIVA Lª BRASIL	
INMERO DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO E SALAS 184/0001-39 MATRIA DO ESTRELEZADO SHOWS EVENTOS E SERVICOS LTDA LUAN FORRO ESTILIZADO SHOWS EVENTOSIN LUAN E FORRO ESTILIZADO SHOWS EVENTOSIN BOJO - SOCIEDA SENTOSIN RADO - SOCIEDA SHOWS EVENTOSIN RADO - SOCIEDA SHOWS EVENTOSIN RADOS E DESCRIÇÃO DA NATIREZA JURBICA RADOS E DESCRIÇÃO DA NATIREZA JURBICA RADOS E DESCRIÇÃO DA NATIREZA JURBICA RADOS E DESCRIÇÃO DA NATIREZA LIMITADA RADOS E DESCRIÇÃO DA NATIR	morovante	CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA	
ILUAN FORRO ESTILIZADO SHOWS EVENTOS E SERVICOS LTDA LUAN E FORRO ESTILIZADO SHOWS EVENTOS E SERVICOS LTDA LUAN E FORRO ESTILIZADO LUAN E FORRO ESTILIZADO LUAN E FORRO ESTILIZADO CODIGOS E DESCRIÇÃO DA ATIVUDADE ECONÓMICA PRINCIPAL SOCIOS E DESCRIÇÃO DA ATIVUDADE ECONÓMICA SECUNDÁRIAS CODIGOS E DESCRIÇÃO DAS ATIVUDADES ECONÓMICAS SECUNDÁRIAS CODIGOS E DESCRIÇÃO DA ATIVUDADE ECONÓMICA SECUNDÁRIAS CODIGOS E DESCRIÇÃO DA ATIVUDADE ECONÓMICAS SECUNDÁRIAS CODIGOS E DESCRIÇÃO DA ATIVUDADE ECONÓMICAS SECUNDÁRIAS CODIGOS E DESCRIÇÃO DA ATIVUDADE ECONÓMICAS SECUNDÁRIAS CODIGOS E DESCRIÇÃO DA ATIVUDADA O FRENCIPAL CODIGOS E DESCRIÇÃO DA ATIVUDADA O FRENCIPAL CODIGOS E DESCRIÇÃO DA ATIVUDADA O FRENCIPAL COMPLEMENTO RANCEDO ESTRICADA COMPLEMENTO RANCEDO ESTRICADA COMPLEMENTO RANCEDO ESTRICADA COMPLEMENTO RANCEDO SA 408-027 RANCEDO CADASTRAL COMPLEMENTO CAMPINA GRANDE CAMPINA GRANDE CAMPINA GRANDE CAMPINA GRANDE COMPLEMENTO TERRECIO.O.A 01 CAMPINA GRANDE CAMPINA GRANDE STUNÇÃO CADASTRAL ATIVA ATIVA ATIVA COMPLEMENTO COMPLEMENTO TERRECIO.O.A 01 CAMPINA GRANDE CAMPINA GRANDE CAMPINA GRANDE COMPLEMENTO TERRECIO COJA 01 COMPLEMENTO TERRECIO COJA 01 COMPLEMENTO TERRECIO COJA 01 TERRECIO COJA 01 COMPLEMENTO TERRECIO COJA 01 TERRECIO COJA 01 COMPLEMENTO TERRECIO COJA 01			RTURA 3
TITULO DO ESTREELECIMENTO (MOME DE FANTASIA) LUAN E FORRO ESTILIZADO CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA ATVIDADE ECONÔMICA PRINCIPAL GÓDIGO E DESCRIÇÃO DA ATVIDADE ECONÔMICA PRINCIPAL GÓDIGO E DESCRIÇÃO DA ATVIDADE ECONÔMICA PRINCIPAL GODIGO E DESCRIÇÃO DA ATVIDADE ECONÔMICA PRINCIPAL CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA ATVIDADE ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS 82.30-0-01 - Serviços de organização de feiras, congressos, exposições e festas CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURIDICA 206-2 - Sociedade Empresária Limitada 207-2 - Sociedade Empresária Limitada 208-2 - Sociedade Empresária Limitada 208-2 - Sociedade Empresária Limitada 208-2 - Sociedade Empresária L	NOME EMPRESARIAL LUAN FORRO ESTILIZAD	OO SHOWS EVENTOS E SERVICOS LTDA	
CODIGO E DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA PRINCIPAL 90.01-6-99 - Artes centicas, espetáculos e atividades complementares não especificadas anteriormente cobrace de constructivos de organização de feiras, congressos, exposições e festas cobrace de organização de feiras, congressos, exposições e festas cobrace de organização de feiras, congressos, exposições e festas cobrace de organização de feiras, congressos, exposições e festas cobrace de organização de feiras, congressos, exposições e festas cobrace de organização de feiras, congressos, exposições e festas cobrace de organização de feiras, congressos, exposições e festas cobrace de organização de feiras, congressos, exposições e festas cobrace de organização de feiras, congressos, exposições e festas cobrace de organização de feiras, congressos, exposições e festas cobrace de organização de feiras, congressos, exposições e festas cobrace de organização de feiras, congressos, exposições e festas cobrace de organização concerta de feiras, congressos, exposições e festas cobrace de organização concerta de feiras, congressos, exposições e festas cobrace de organização de feiras, congressos, exposições e festas cobrace de organização de feiras, congressos, exposições e festas cobrace de organização de feiras, congressos, exposições e festas cobrace de organização de feiras, congressos, exposições e festas cobrace de organização de feiras, congressos, exposições e festas cobrace de organização de feiras, congressos, exposições e festas cobrace de organização de feiras, congressos de feiras	TITULO DO ESTABELECIMENTO (NOME DE FANTASIA) ADO	PORTE ME
CODIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÓMICAS SECUNDÁRIAS 82.30-0-01 - Servições de feiras, congressos, exposições e festas CODIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURIDICA 206-2 - Sociedade Empresária Limitada 206-2 - Sociedade Empresária 206		DADE ECONÒMICA PRINCIPAL s, espetáculos e atividades complementares não especificadas anteriormente	
CODIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURIDICA 206-2 - Sociedade Empresária Limitada LOGRADOURO R JOSE BERNARDINO R JOSE BERNA		IDADES ECONÓMICAS SECUNDÁRIAS organização de feiras, congressos, exposições e festas	
LOGRADOURO R JOSE BERNARDÍNO GEP GEP GEP GENAROLO SER AL SENTRE CILOJA 01 TERRE CILOJA 01 TERR	CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUR 206-2 - Sociedade Empres	REZA JURIDICA Saria Limitada	
FABIO@LUARSTRIAGO CADASTRAL SITUAÇÃO ESPECIAL MUNICÍPIO MUNICÍPIO CAMPINA GRANDE CAMPINA GRANDE (83) 9997-1754 (83) 9997-1754 (83) 9997-1754 TELEFONE TELEFONE SITUAÇÃO CADASTRAL ATIVA MOTIVO DE SITUAÇÃO CADASTRAL SITUAÇÃO ESPECIAL MOTIVO DE SITUAÇÃO ESPECIAL TELEFONE T	LOGRADOURO		
CEP MUNICIPIO CEP MUNICIPIO CAMPINA GRANDE ENDEREÇO ELETRÔNICO FABIOQLUANESTILIZADO.COM.BR ENTE FEDERATIVO RESPONSAVEL (EFR) SITUAÇÃO CADASTRAL ATIVA MOTIVO DE SITUAÇÃO CADASTRAL SITUAÇÃO ESPECIAL MALNICIPIO CAMPINA GRANDE (83) 9997-1754 (83) 9997-1754 (83) 9997-1754 DATA DA SITUAÇÃO CADASTRAL 23/04/2013 DATA DA SITUAÇÃO ESPECIAL ATIVA ATIVA DATA DA SITUAÇÃO ESPECIAL ATIVA A	K JOSE BERNAKUINO		
ENDEREÇO ELETRÔNICO FABIO@LUANESTILIZADO.COM.BR (83) 9997-1754 (83) 9997-1754 (83) 9997-1754 (83) 9997-1754 (83) 9997-1754 (83) 9997-1754 (83) 9997-1754 (83) 9997-1754 (83) 9997-1754 (83) 9997-1754 (83) 9997-1754 (83) 9997-1754 (83) 9997-1754 (83) 9997-1754 (84) 9997-1754 (84) 9997-1754 (85) 9997-1754 (85) 9997-1754 (85) 9997-1754 (85) 9997-1754 (85) 9997-1754	CEP 58.408-027		± 84
STUAÇÃO ESPECIAL SITUAÇÃO ESPECIAL SITUAÇÃO ESPECIAL	ENDEREÇO ELETRÓNICO FABIO@LUANESTILIZADI		
ATIVA	FINE FEDERATIVO RESPONSAVE	EL (EFR)	
MOTIVO DE SITUAÇÃO CADASTRAL SITUAÇÃO ESPECIAL	SITUAÇÃO CADASTRAL	DATA DA SITUAÇÃ 2304/2013	O CADASTRAL
SITUAÇÃO ESPECIAL	MOTIVO DE SITUAÇÃO CADASTR		
	STTAÇÃO ESPECIAL	DATA DA SITUAÇÃ	O ESPECIAL
	mitido no dia 15/04/202	4 às 11:19:15 (data e hora de Brasília).	Página: 1/1
ਤੂ omitido no dia 15/04/2024 às 11:19:15 (data e hora de Brasília).			





CERTIDÃO POSITIVA COM EFEITOS DE NEGATIVA DE DÉBITOS RELATIVOS AOS TRIBUTOS FEDERAIS É À DÍVIDA ATIVA DA UNIÃO

Nome: LUAN FORRO ESTILIZADO SHOWS EVENTOS E SERVICOS LTDA

CNPJ: 17.985.184/0001-99

Ressalvado o direito de a Fazenda Nacional cobrar e inscrever quaisquer dívidas de responsabilidade do sujeito passivo acima identificado que vierem a ser apuradas, é certificado que:

- 1. constam débitos administrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) com exigibilidade suspensa nos termos do art. 151 da Lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1966 Código Tributário Nacional (CTN), ou objeto de decisão judicial que determina sua desconsideração para fins de certificação da regularidade fiscal, ou ainda não vencidos; e
- 2. constam nos sistemas da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN) débitos inscritos em Dívida Ativa da União (DAU) com exigibilidade suspensa nos termos do art. 151 do CTN, ou garantidos mediante bens ou direitos, ou com embargos da Fazenda Pública em processos de execução fiscal, ou objeto de decisão judicial que determina sua desconsideração para fins de certificação da regularidade fiscal.

Conforme disposto nos arts. 205 e 206 do CTN, este documento tem os mesmos efeitos da certidão negativa.

Esta certidão é válida para o estabelecimento matriz e suas filiais e, no caso de ente federativo, para todos os órgãos e fundos públicos da administração direta a ele vinculados. Refere-se à situação do sujeito passivo no âmbito da RFB e da PGFN e abrange inclusive as contribuições sociais previstas nas alíneas 'a' a 'd' do parágrafo único do art. 11 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991.

A aceitação desta certidão está condicionada à verificação de sua autenticidade na Internet, nos endereços http://rfb.gov.br ou http://www.pgfn.gov.br.

Certidão emitida gratuitamente com base na Portaria Conjunta RFB/PGFN nº 1.751, de 2/10/2014. Emitida às 09:31:10 do dia 17/12/2024 <hora e data de Brasília>. Válida até 15/06/2025.

Código de controle da certidão: F3E1.F6ED.9F3B.5794 Qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.



CERTIDÃO

CÓDIGO: 9093.A2E8.2738.833C

Emitida no dia 02/01/2025 às 10:33:21

Identificação do requerente: CNPJ/CPF: 17.985.184/0001-99

R.G.

Certifico, observadas as disposições da legislação vigente e de acordo com os assentamentos existentes neste órgão, que o requerente supra identificado está em situação **REGULAR** perante a Fazenda Pública Estadual, **com relação a débitos fiscais administrativos e inscritos em Dívida Ativa.**A referida identificação não pertence a contribuinte com inscrição ativa no Cadastro de Contribuintes do Estado da Paraíba.

A presente Certidão não compreende débitos cuja exigibilidade esteja suspensa, nem exclui o direito de a Fazenda Pública Estadual, a qualquer tempo, cobrar valores a ela porventura devidos pelo referido requerente.

Esta certidão é válida **por 60 (sessenta) dias a partir da data de sua emissão,** devendo ser confirmada a sua autenticidade através do serviço *Validar Certidão de Débito* na página www.sefaz.pb.gov.br.

OBS: Inválida para licitação no que se refere ao fornecimento de mercadorias ou prestação de serviços de transporte interestadual e intermunicipal ou comunicação não compreendidos na competência tributária dos municípios se o requerente supracitado estiver localizado no estado da Paraíba, ressalvada quando a licitação se referir à prestação de serviço de transporte entre municípios com características urbanas no âmbito das regiões metropolitanas no estado da Paraíba, reconhecida por Lei específica.

Válida com a apresentação conjunta do cartão de inscrição no CPF ou no CNPJ da Secretaria da Receita Federal do Ministério da Fazenda. Certidão de Débito emitida via 'Internet'.





ESTADO DA PARAIBA PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPINA GRANDE SECRETARIA DE FINANÇAS DIRETORIA DE ARRECADAÇÃO TRIBUTÁRIA

CERTIDÃO NEGATIVA PARA COM A FAZENDA MUNICIPAL

Identificação do Contribuinte

CGM:

2539373

Nome:

LUAN FORRO ESTILIZADO SHOWS EVENTOS E SE

CNPJ/CPF: 17985184000199

Endereço:

JOSE BERNARDINO, 97, TERREOLOJA 01

Bairro:

VILA CABRAL

CEP:

58408027

Cidade:

CAMPINA GRANDE/PB

Certificamos para os devidos fins, não consta em nossos arquivos, crédito tributários vencidos para com a Fazenda Municipal, de responsabilidade do contribuinte acima mencionado, ficando ressalvado o direito de a Fazenda Municipal cobrar qualquer débito que venha a ser apurado em levantamento posterior.

Certidão expedida com base na Lei Complementar 116 de 14 de dezembro de 2016 (Código Tributário Municipal). combinado com o art. 205, da Lei nº 5.172, de 25.10.1966 (Código Tributário Nacional).

VALIDA POR 90 DIAS

Campina Grande, 10 de Outubro de 2024

Código de Verificação: [442390010142024947800]

Para validar o documento da Certidão deve acessar site: https://ecidadeonline.campinagrande.pb.gov.br/

Base: comminagrande ecidade prod Data / Hora: 10/10/2024 09:32:44

\-olter

in the





Certificado de Regularidade do FGTS - CRF

Inscrição: 17.985.184/0001-99

Razão LUAN FORRO ESTILIZADO SHOWS EVENTOS E SERVICOS LTDA Social:

Endereço: R ARGENTINA 56 / CENTENARIO / CAMPINA GRANDE / PB / 58428-100

A Caixa Econômica Federal, no uso da atribuição que lhe confere o Art. 7, da Lei 8.036, de 11 de maio de 1990, certifica que, nesta data, a empresa acima identificada encontra-se em situação regular perante o Fundo de Garantia do Tempo de Servico - FGTS.

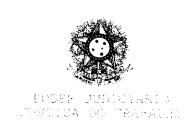
O presente Certificado não servirá de prova contra cobrança de quaisquer débitos referentes a contribuições e/ou encargos devidos, decorrentes das obrigações com o FGTS.

Validade: 16/12/2024 a 14/01/2025

Certificação Número: 2024121603062085193805

Informação obtida em 02/01/2025 10:54:30

A utilização deste Certificado para os fins previstos em Lei esta condicionada a verificação de autenticidade no site da Caixa: www.caixa.gov.br





CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS TRABALHISTAS

Nome: LUAN FORRO ESTILIZADO SHOWS EVENTOS E SERVICOS LTDA (MATRIZ E

FILIAIS)

CNPJ: 17.985.184/0001-99 Certidão nº: 67235914/2024

Expedição: 01/10/2024, às 09:48:21

Validade: 30/03/2025 - 180 (cento e oitenta) dias, contados da data

de sua expedição.

Certifica-se que LUAN FORRO ESTILIZADO SHOWS EVENTOS E SERVICOS LTDA (MATRIZ E FILIAIS), inscrito(a) no CNPJ sob o nº 17.985.184/0001-99, NÃO CONSTA como inadimplente no Banco Nacional de Devedores Trabalhistas.

Certidão emitida com base nos arts. 642-A e 883-A da Consolidação das Leis do Trabalho, acrescentados pelas Leis ns.º 12.440/2011 e 13.467/2017, e no Ato 01/2022 da CGJT, de 21 de janeiro de 2022. Os dados constantes desta Certidão são de responsabilidade dos Tribunais do Trabalho.

No caso de pessoa jurídica, a Certidão atesta a empresa em relação a todos os seus estabelecimentos, agências ou filiais.

A aceitação desta certidão condiciona-se à verificação de sua autenticidade no portal do Tribunal Superior do Trabalho na Internet (http://www.tst.jus.br).

Certidão emitida gratuitamente.

INFORMAÇÃO IMPORTANTE

Do Banco Nacional de Devedores Trabalhistas constam os dados necessários à identificação das pessoas naturais e jurídicas inadimplentes perante a Justiça do Trabalho quanto às obrigações estabelecidas em sentença condenatória transitada em julgado ou em acordos judiciais trabalhistas, inclusive no concernente aos recolhimentos previdenciários, a honorários, a custas, a emolumentos ou a recolhimentos determinados em lei; ou decorrentes de execução de acordos firmados perante o Ministério Público do Trabalho, Comissão de Conciliação Prévia ou demais títulos que, por disposição legal, contiver força executiva.

were an experience of the state of the state



PODER JUDICIÁRIO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DA PARAÍBA TELEJUDICIÁRIO - CENTRAL DE CERTIDÕES

Praça João Pessoa, s/n - CEP 58013-902 - João Pessoa (PB) Telefone: (83) 3216-1440



CERTIDÃO NEGATIVA FALÊNCIA / RECUPERAÇÃO JUDICIAL E EXTRAJUDICIAL

Certificamos que, em pesquisa realizada nos registros de distribuição de feitos de falência e recuperação ativos nos cartórios comuns e/ou especializados, em todas as comarcas do Estado da Paraíba, **nada consta** contra:

CNPJ: 17.985.184/0001-99

Razão Social: LUAN FORRO ESTILIZADO SHOWS EVENTOS E SERVICOS LTDA ME

Nome Fantasia: LUAN E FORRO ESTILIZADO

Certidão emitida às 11:43 de 26/12/2024.

Validade 30 dias

- 1. Esta certidão foi expedida gratuitamente, através da internet, com base na Resolução nº 17/2010, da Presidência do TJPB e na Resolução nº 121/2010 do CNJ.
- 2. O número do documento constante nesta certidão foi informado pelo próprio solicitante. Sua autenticidade deverá ser conferida pelo interessado confrontando com o documento original (ex: CPF e RG).
- Esta certidão não tera validade para fins de instrução de processos judiciais, exceto ANTECEDENTES
 CRIMINAIS.
- A pesquisa é restrita aos dados fornecidos pelo solicitante, ficando ressalvados os registros cadastrados de forma diversa.
- 5. A pesquisa foi realizada nos seguintes sistemas processuais: PJE1G.

Para confirmar a autenticidade deste documento acesse http://app.tjpb.jus.br/certo/validarcertidao e insira o código de validação: tJu9.ukZg. Você pode também ler o codigo QR apresentado no cabecalho.



ESTADO DA PARAÍBA PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPORANGA



PORTARIA Nº78, DE 07 DE JANEIRO DE 2025

Portaria de Designação de Gestor e Fiscal de Contratos

O PREFEITO MUNICIPAL DE ITAPORANGA-PB, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, c/c Lei Federal nº 14.133, de 01 de abril de 2021 e Decreto Municipal nº 148, de 09 de dezembro de 2022;

CONSIDERANDO a determinação prevista no artigo 6º da Resolução Normativa RN-TC Nº 09/2016 e a revisão do rol de documentos complementares consolidada pelo Comitê Técnico, em 24 de setembro de 2018, conforme PORTARIA Nº 187/2018;

CONSIDERANDO, a exigência de informação dos documentos "designação do fiscal do contrato" e "designação do gestor do contrato" no Sistema de Tramitação de Processos e Documentos do TCE-PB (TRAMITA);

CONSIDERANDO, consoante o Artigo 117 da Lei Federal nº 14.133, que a execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada por um representante da Administração especialmente designado;

CONSIDERANDO, consoante os artigos 18, 19 e 20 do Decreto Municipal nº 148/2022, os quais estabelecem as atribuições dos gestores e fiscais dos contratos;

RESOLVE:

Art. 1º. Designar como gestor dos contratos administrativos nº: 001/2025; 002/2025; 003/2025; 004/2025; 005/2025; 006/2025; 007/2025, o Sr. DOUGLAS LEITE DE ARAÚJO, Secretário de Cultura, Juventude, Desporto e Lazer, matrícula 20003916.





ESTADO DA PARAÍBA PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPORANGA

Art. 2º Designar como fiscal dos contratos administrativos nº: 001/2025; 002/2025; 003/2025; 004/2025; 005/2025; 006/2025; 007/2025 o Sr. ROMILDO RODRIGUES DE LIMA, Diretor de Departamento, matrícula 8519.

Art.4º Os gestores e fiscais dos contratos deverão seguir o que determina os artigos 18, 19 e 20 do Decreto Municipal nº 148/2022.

Itaporanga - PB, 07 de Janeiro de 2025.

AZIF DAVI LEMOS

JUE MOUL Comos

PREFEITO CONSTITUCIONAL



Tribunal de Contas do Estado da Paraíba



TRAMITA - Sistema de Tramitação de Processos e Documentos

RECIBO DE PROTOCOLO

O Tribunal de Contas do Estado da Paraíba certifica que em 14/01/2025 às 17:57:41 foi protocolizado o documento sob o Nº 02869/25 da subcategoria Contratos , exercício 2025, referente a(o) Prefeitura Municipal de Itaporanga, mediante o recebimento de informações/arquivos eletrônicos encaminhados por Dandara Kymberly Felismino de Sales Nunes.

Número do Contrato: 000000062025 Data da Publicação: 09/01/2025 Data da Assinatura: 06/01/2025 Data Final do Contrato: 06/03/2025 Valor Contratado: R\$ 150.000,00 Situação do Contrato: Vigente

Objeto: CONTRATAÇÃO DE SHOW ARTISTICO DE LUAN E FORRÓ ESTILIZADO PARA APREZENTAÇÃO NO

EVENTO COMEMORATIVO DE EMACIPAÇÃO POLÍTICA DO MUNICÍPIO DE ITAPORANGA-PB

Contratado (Nome): Luan Forro Estilizado Shows Eventos E Servicos Ltda

Contratado (CNPJ): 17.985.184/0001-99

[INFORMAÇÃO DO SISTEMA] Envio Fora do Prazo: Não

Documento	Informado?	Autenticação
Comprovante de publicidade	Sim	89d3813b75b8ae049325d09e6930ed17
Comprovantes de regularidade da contratada	Sim	7b7bec85cbb79eb46b176ac4cfe7b9e2
Comprovação da existência de dotação orçamentária	Sim	4b86f266f60b5cbcc8090f19eb5c63da
Contrato ou instrumento equivalente	Sim	9ee5df3e839f324be7afd6eafae51201
Designação da fiscalização técnica do contrato	Sim	51b5762d6f850f57e7646988d658992b
Designação do fiscal administrativo do contrato	Sim	51b5762d6f850f57e7646988d658992b
Designação do gestor do contrato	Sim	51b5762d6f850f57e7646988d658992b

João Pessoa, 14 de Janeiro de 2025



Sistema de Processo Eletrônico do TCE-PB



Tribunal de Contas do Estado da Paraíba



TRAMITA - Sistema de Tramitação de Processos e Documentos

Documento: 02867/25 **Subcategoria:** Licitações

Jurisdicionado: Prefeitura Municipal de Itaporanga

Exercício: 2025

CERTIDÃOCERTIDÃO DE ANEXAÇÃO

O Tribunal de Contas do Estado da Paraíba certifica que em 14/01/2025 às 17:57h o usuário TRAMITA (operação automática) anexou o Documento 02869/25 ao Documento 02867/25, tendo sido copiados os seguintes arquivos para os autos eletrônicos do Documento 02867/25:

Documento	Páginas	Autenticação
Contrato ou instrumento equivalente	76 - 97	9ee5df3e839f324be7afd6eafae51201
Designação da fiscalização técnica do contrato	98 - 101	51b5762d6f850f57e7646988d658992b
Comprovante de publicidade	102 - 105	89d3813b75b8ae049325d09e6930ed17
Designação do gestor do contrato	106 - 109	51b5762d6f850f57e7646988d658992b
Comprovação da existência de dotação orçamentária	110 - 111	4b86f266f60b5cbcc8090f19eb5c63da
Comprovantes de regularidade da contratada	112 - 125	7b7bec85cbb79eb46b176ac4cfe7b9e2
Designação do fiscal administrativo do contrato	126 - 129	51b5762d6f850f57e7646988d658992b
RECIBO PROTOCOLO	130	f1b800ee38c6fb94fc332c5c481a038f

João Pessoa, 14 de Janeiro de 2025



Sistema de Processo Eletrônico do TCE-PB